



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA DO CAMPO
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

TERISVÂNIA PEREIRA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO PARQUE ECOLÓGICO COMO
CONTEÚDO CURRICULAR DA ESCOLA DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO GLEBA JACARÉ (NOVA IPIXUNA-PA)**

MARABÁ - PA

2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA DO CAMPO
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

TERISVÂNIA PEREIRA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO PARQUE ECOLÓGICO COMO
CONTEÚDO CURRICULAR DA ESCOLA DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO GLEBA JACARÉ (NOVA IPIXUNA-PA)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia do Campo do
Campus Universitário do Sul e Sudeste
do Pará - Núcleo de Marabá, como
requisito para obtenção do grau de
licenciado em Pedagogia do Campo.

Orientador: Professor M. Sc. Francinei
Bentes

MARABÁ-PA

2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA DO CAMPO
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

TERISVÂNIA PEREIRA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO PARQUE ECOLÓGICO COMO
CONTEÚDO CURRICULAR DA ESCOLA DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO GLEBA JACARÉ (NOVA IPIXUNA-PA)**

Data da defesa: 15/03/2011

Conceito: _____

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Campo do Campus Universitário do Sul e Sudeste do Pará – Núcleo de Marabá, como requisito para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia do Campo.

Orientador: Prof. M. Sc. Francinei Bentes Tavares

Banca Examinadora:

Prof^a. M. Sc. Vanja Elizabeth Sousa Costa
(UFPA – Campus de Marabá)

Prof. Esp. Claudionísio de Souza Araújo (IFPA
– Campus Rural de Marabá)

Marabá - PA

2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus pelas bênçãos sucedidas em minha vida, e por está sempre ao meu lado, nos momentos de construção, pois, sei que sem ele jamais conseguiria chegar ao final desta pesquisa.

E aos meus pais, Domingos e Antônia pelo amor, força e dedicação dada, não apenas nesta fase de pesquisa, mas em toda a minha vida, e por ser a base de tudo que sou. Obrigada por tudo.

E a todos os meus amigos que me deram força, incentivou e contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos movimentos sociais, (FETAGRI) Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura pela criação do curso.

Ao sindicato dos trabalhadores rurais na pessoa de Francisco Araujo pela indicação e oportunidade de fazer parte da turma de pedagogia do campo.

A minha querida mamãe Antônia, pelo amor e carinho, e por está sempre cuidando de mim.

Ao meu pai o grande responsável pela minha formação e pelo grande apoio em meio este período.

Aos meus irmãos Renato, Ruidemberg, Renilson e Telma por estarem comigo nos momentos difíceis me dando força e apoio moral em tudo que precisei.

As minhas grandes amigas M^a silva, Claudenir e Margarete pela convivência pelo apoio, solidariedade, e muito carinho durante este período.

Aos professores da escola Santo Antonio do Praialta Jacqueline, Valdiene, Oséias, Juliene e Francisco pela contribuição dos dados da pesquisa e pelo apoio e empenho em me ajudar nesta construção.

A diretora da escola Márcia e a secretária Soneide pela contribuição na compreensão da construção deste trabalho;

Ao meu orientador Francinei Bentes pela orientação, ensinamento, e por me proporcionar uma ótima aprendizagem pelo estímulo na realização da pesquisa.

Aos colegas de grupo de pesquisa M^a silva, Claudenir, Geane, Adriano e Moreira por a pela contribuição e aprendizagem adquirida juntos

A todos os colegas da turma de pedagogia do campo pela amizade e pelas atitudes solidárias sempre contribuindo em todo o processo formativo.

Ao educador e coordenador do curso Evandro Medeiros pelo desempenho e dedicação a turma de pedagogia do campo

Aos meus sobrinhos queridos Joabe, Raysse, Renê Luiz e Thaylom e Cleidiane por esta sempre comigo no momento de construção.

Aos meus colegas Sirlei e Dorinha que acreditaram na minha capacidade e sempre me estimulou a fazer esta construção.

RESUMO

A presente pesquisa objetivou conhecer a importância do Parque Ecológico Maximiano Francisco de Abreu, situado no Projeto de Assentamento (PA) Gleba Jacaré (no município de Nova Ipixuna, na região Sudeste do Pará), que, tendo em vista suas características como única área de conservação do município, pode ser (ou não) trabalhada como conteúdo curricular nas escolas do campo, para aprofundar as discussões sobre as questões ambientais. O trabalho de campo foi realizado na escola Santo Antônio do Praia Alta, localizada no referido PA. Este estudo também tem como objetivo entender o processo formativo de ensino e aprendizagem em relação à educação ambiental construído no âmbito da escola estudada. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas com os educadores de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, além de terem sido realizadas observações e análises sobre o tema abordado. Leva-se em consideração ainda que o assentamento apresenta atualmente uma elevada taxa de desmatamento, e que o Parque Ecológico é praticamente a única área de remanescentes florestais contínuos do PA, estando localizado nas proximidades da escola. Portanto, a escola pode ter como referência essa área de proteção ambiental, tendo a oportunidade de proporcionar aos educandos uma via de abordagem da Educação Ambiental (EA), em uma concepção crítica e reflexiva sobre o meio ambiente em que vivem, e sobretudo uma perspectiva transformadora das relações entre sociedade e natureza. Assim, um dos elementos principais a serem destacados neste trabalho é a forma de inserção do Parque Ecológico nos conteúdos escolares, se isso é feito, e como é realizado este trabalho. Caso contrário, é importante abordar os motivos que levam os educadores a não incorporarem o Parque Ambiental como instrumento de um processo mais amplo de ensino-aprendizagem da educação ambiental nas escolas do campo.

Palavras chaves: Parque Ecológico, Áreas de Proteção Ambiental, Educação Ambiental Crítica, Projetos de Assentamento, Sudeste do Pará.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
1. INTRODUÇÃO	11
2. PERCURSO FORMATIVO DA AUTORA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	14
2.1. PROCESSO FORMATIVO DO CURSO	14
2.2. EDUCAÇÃO RURAL <i>VERSUS</i> EDUCAÇÃO DO CAMPO	18
2.3. A REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS DO SUDESTE DO PARÁ	21
2.4. LOCALIZAÇÃO GERAL DA ÁREA E HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO GLEBA JACARÉ	22
2.4.1. Proveniência dos assentados	25
2.4.2. Caracterização geral do Assentamento	26
2.4.3. Problemas ambientais enfrentados no Assentamento	27
2.5. CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE AMBIENTAL	31
2.6. JUSTIFICATIVA.....	36
2.7. PERGUNTAS DE PESQUISA E HIPÓTESES	37
2.8. OBJETIVOS (GERAIS E ESPECÍFICOS)	38
3. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	40
3.1. ALGUNS ELEMENTOS DA DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO	41
3.2. DIÁLOGOS NECESSÁRIOS ENTRE AS PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	45
3.3. PARA UMA ABORDAGEM INTEGRADA: A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO CAMPO.....	47

4. ELEMENTOS METODOLÓGICOS	53
5. ANÁLISE DE DADOS	57
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
8. ANEXOS	79

APRESENTAÇÃO

Neste trabalho procuramos argumentar acerca de elementos correspondentes ao processo de ensino e aprendizagem em que o Parque Ecológico Maximiano Francisco de Abreu, situado no Projeto de Assentamento (PA) Gleba Jacaré, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, é apresentado como tema gerador de discussão e com possibilidades de ser visto como recurso pedagógico e como um meio facilitador para sensibilizar os alunos acerca das questões ambientais na Escola de Ensino Fundamental Santo Antônio do Praialta, situada no referido assentamento. Principalmente no que tange à conservação de áreas protegidas, esses são elementos fundamentais para estabelecer informações que possam servir de base para repensar as atuais relações entre meio ambiente e sociedade.

Este trabalho foi desenvolvido em duas partes, comum e específica, e está dividido em 06 capítulos: além da Introdução, que constitui o primeiro capítulo, no segundo capítulo está a parte comum do trabalho (pelo fato de ter sido construída por todos os educandos do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Campo, ofertado pela UFPA em Marabá, em seus respectivos Trabalhos de Conclusão de Curso). Tal parte comum abrange o percurso formativo da autora no curso, uma “revisão autobiográfica”, uma breve discussão comparativa entre educação do campo e educação rural, e uma caracterização geral do Projeto de Assentamento, trazendo alguns de seus elementos descritivos, como a localização geral da área em estudo, do PA e do Parque Ambiental, e os diversos problemas ambientais que o PA enfrenta atualmente.

Assim, estas temáticas discutidas neste capítulo fazem parte de um processo que denominamos parte comum do trabalho. Ainda neste mesmo capítulo estão inseridos elementos da problematização construída no processo de pesquisa, a partir de elementos como: a justificativa, as perguntas de pesquisa, as hipóteses que serviram de orientação para a construção do trabalho e os seus objetivos.

Dando início à parte específica, no terceiro capítulo está o referencial bibliográfico, no qual utilizamos autores que fazem uma discussão mais aproximada da temática que debatemos (a de uma Educação Ambiental tratada a partir de uma perspectiva crítica e transformadora), e que são: Paulo Freire, Isabel Cristina de Moura Carvalho, Alexandre de Gusmão Pedrini, Elisabete da Conceição Santos, Nana Menini Medina, Mauro Grum, Maria Rita Avanzi e outros. Estes autores discutem os princípios da Educação Ambiental e das práticas pedagógicas no espaço escolar, e os mesmos contribuem, de forma importante, para a construção de perspectivas de uma educação realmente transformadora.

Mais adiante, no quarto capítulo, mostramos os elementos metodológicos que foram utilizados para abordar os processos de ensino e aprendizagem em relação à temática de estudo na escola analisada, e como foi construído e desenvolvido este trabalho, a partir de autores que discutem e descrevem os procedimentos metodológicos escolhidos para a realização deste trabalho.

No quinto capítulo, apresentamos a análise de dados que foram elementos essenciais para esta construção, na qual foram analisadas três questões-chave, ou seja, de maior importância em relação à contribuição para a abordagem do tema pesquisado no presente estudo. A seguir, no capítulo seis, estão contidas as considerações finais do trabalho, e no qual apresentamos uma síntese dos principais resultados obtidos durante o desenvolvimento da pesquisa. Por fim, estão as referências bibliográficas dos autores que utilizamos para fundamentar nosso trabalho, e para encerrar o texto, se encontram dois roteiros de entrevistas que foram utilizados na coleta de dados, e que se encontram em anexo.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Amazônia brasileira se transformou rapidamente, tanto pelo avanço de atividades econômicas capitalistas, como também por meio de uma acelerada ampliação dos índices de desmatamento, e por altas taxas de expansão da população urbana e rural, o que em parte se deve também ao avanço da fronteira agrícola e agrária no país. Ao que parecem, esses aspectos estão correlacionados em alguma medida, e isto tem se apresentado como um problema para alguns setores da sociedade. Assim, nos últimos anos, têm sido desenvolvidos, por pesquisadores, acadêmicos, movimentos sociais e outros setores uma das mais eficazes estratégias de busca pelo conhecimento, que é a conservação da diversidade biológica.

Tendo isso em vista, consideramos que se podem adotar ações pedagógicas que objetivem a Educação Ambiental a partir do estabelecimento de redes de unidades de conservação. O conjunto destas unidades, além de conservar a diversidade, contribui principalmente com a manutenção de um meio ambiente considerado mais equilibrado, que pode ser considerado um dos “refúgios” contra as ações de desmatamento.

Para se ter uma idéia, um exemplo pode ser dado na região Sudeste do Pará, onde as diferentes áreas de conservação (Florestas Nacionais, Áreas de Preservação Ambiental, Reservas Biológicas e Parques estaduais e municipais) são praticamente as únicas áreas de vegetação florestal contínua na atualidade, visto que os demais remanescentes florestais estão fragmentados, principalmente pelo intenso avanço das atividades agropecuárias nessa região nas últimas décadas.

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000, define dois grupos de unidades de conservação: o primeiro (de proteção integral), permite apenas o uso indireto da sua biodiversidade, com a realização de atividades como visitação pública, educação ambiental ou pesquisas científicas. O segundo (de uso sustentável), define categorias que permitem a utilização racional de uma parcela de seus

recursos naturais, visando manter alguns critérios de sustentabilidade, em sua dimensão ambiental, em tais unidades de conservação.

De acordo com o estabelecido pelo SNUC, o Parque Ambiental Maximiano Francisco de Abreu pode ser classificado e relacionado dentro da primeira perspectiva, pois o mesmo é considerado uma área de conservação ambiental que visa manter a área do Parque como um elemento educativo que esteja apto a receber visitas de indivíduos das localidades próximas e de pessoas de outras regiões. Assim, essa Unidade de Conservação (UC) pode contribuir com a formação dos sujeitos e assegurar a conservação da biodiversidade da região, principalmente a situada no PA no qual está localizada esta UC.

A temática deste trabalho, portanto, busca analisar a importância do Parque Ecológico como conteúdo curricular na Escola Santo Antônio do Praia Alta, no PA Gleba Jacaré, situado no município de Nova Ipixuna. Buscamos, ao abordar esse tema, estudar que ações pedagógicas seriam necessárias de serem desenvolvidas pelos educadores que atuam na referida escola, ponderando estas informações acerca da discussão sobre a temática do trabalho, considerando os aspectos físicos e geográficos da área de estudo, e os elementos socioeconômicos e ambientais da região problematizada, tendo em vista os pressupostos críticos da Educação Ambiental (EA).

Assim a EA se embasa em pressupostos básicos da educação brasileira que não são, mas deveriam ser objetos constantes de reflexão, considerando a real situação atual das relações estabelecidas entre a natureza e a sociedade local e global. Nesta perspectiva, busca-se abordar alguns mecanismos pedagógicos de inserção de temas para se alcançar a *práxis* da educação ambiental como um todo, enfatizando a conservação de áreas protegidas como elemento educativo, que pode ser visto como um catalisador de uma reflexão que sirva para que os sujeitos do processo educativo repensem suas relações com o ambiente natural.

No que se refere às Unidades de Conservação, “a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) define estas áreas como: uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para

alcançar objetivos específicos de conservação” (GASTAL; SARAGOUSSI, 2008, p. 54). Tal definição implica assim em um sentido da reflexão que pode ser feita sobre o meio ambiente e sobre as questões relevantes para a nossa formação, e pode significar ainda que é possível fazer uso do exercício pleno de atribuir informações sobre a Educação Ambiental nas diversas áreas de conhecimento, servindo-se para isso dessas UC's como instrumentos pedagógicos e temas relevantes para os processos de ensino-aprendizagem nos espaços escolares, e mesmo fora deles.

A importância dada a esta temática não visa somente privilegiar o PA estudado em relação a esta questão, e sim também valorizar e conservar o ambiente, assumindo objetivos mais amplos, como a proteção de recursos hídricos, a manutenção de espécies ameaçadas, a manutenção dos elementos climáticos, e assim também os seus atributos, em função do meio ambiente e de sua diversidade. Tais temas são fundamentais dentro de uma abordagem que valorize aspectos da Educação Ambiental como uma perspectiva de transformação da realidade vivenciada pelos sujeitos.

Logo, esta perspectiva de educação almeja que esta Unidade de Conservação que é o Parque Ecológico vise à sensibilização dos educandos da escola acima citada, o que pode ser um avanço importante para transformação da educação no PA, e posteriormente na sociedade regional. Daí vale destacar a importância do envolvimento das pessoas nesta construção, tendo em vista que o Parque pode ser um meio que permita o desenvolvimento de uma contribuição educacional original na perspectiva ambiental. Para a consecução desse processo, o Parque deve ser envolvido sempre que possível nas diferentes fases do planejamento pedagógico e curricular, e como elemento importante na implementação das ações de ensino e aprendizagem para os educandos da referida escola. Portanto, estes serão os principais elementos analíticos que abordaremos no decorrer da construção deste trabalho de pesquisa.

2. PERCURSO FORMATIVO DA AUTORA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Neste capítulo discutirei sobre o meu processo formativo individual no curso e suas contribuições para a minha aprendizagem e minha formação refletindo sobre ações e práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo do percurso que objetivaram ampliar os conhecimentos dos educandos do curso bem como instruí-los para o exercício de uma educação transformadora nas escolas do campo. Também estaremos fazendo relação com educação do campo que a que almejamos discutir e atuar e educação rural tipo desenvolvido nas escolas do campo aos longos dos tempos. Ainda traremos a caracterização geral, do assentamento, problemas ambientais enfrentados no PA, e caracterização do parque ecológico.

2.1. PROCESSO FORMATIVO DO CURSO

O curso de Pedagogia do Campo, turma 2006, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Marabá, teve oferta única até o momento, e apresenta diferenciações dos demais cursos ofertados pela universidade, no sentido de ter especificidades, como o fato de ser direcionado aos sujeitos do campo, para filhos de agricultores ou agricultores que vivem em assentamentos de Reforma Agrária e acampamentos na região sudeste do Pará.

Eu, como filha de agricultor, provinda de área de assentamento, sempre acompanhei o trabalho árduo no campo, já vi e vivi experiências nas quais foram difíceis, e mediante essas situações vivenciadas, a vida no campo parecia ser muito desvalorizada, devido às várias dificuldades surgidas neste ambiente, o que poderia desestimular a minha permanência nesse meio. Com tudo isso, em meio a muitas dificuldades, conseguir freqüentar a escola com a idade referente à exigência das escolas, e por este motivo, conseguir concluir o ensino fundamental em um tempo relativamente rápido, pois o surgimento de políticas compensatórias de educação, destinada às escolas rurais, como os cursos em formato de supletivo, contribuiu para isso, tendo em vista que, ao

concluir o ensino fundamental, possivelmente eu teria que ir para a cidade caso tivesse vontade de continuar a estudar. No meu caso, fui estudar na cidade, mas voltei, pois foi implantado, no assentamento Gleba Jacaré, o ensino médio modular, fato que foi visto como uma conquista pelos agricultores da comunidade, pois seus filhos não seriam necessariamente obrigados a sair do campo para a cidade, e isto pode ter contribuído para que muitos filhos de agricultores assim como eu conseguisse se formar no seu lugar de origem.

Apesar de sempre ter morado no campo com minha família, nunca tinha me atentado para questões relevantes e essenciais para nossa vida, como a valorização e reconhecimento de identidade camponesa. Antes de fazer parte do curso, eu tinha uma visão pragmática de educação, e não apresentava uma reflexão sobre os elementos referentes à construção de saberes e valores culturais, sociais e econômicos próprios dos sujeitos do campo.

Somente a partir de minha inserção neste curso é que tento ver a realidade de forma crítica, e possivelmente compreender o meio na qual está inserida, principalmente o campo, e isso foi uma das principais contribuições que o curso trouxe para enriquecer minha visão de mundo e meu conhecimento sobre a realidade que vivencio. O curso, ao trabalhar as histórias de vida e a trajetória camponesa, nos faz refletir sobre o indivíduo e o seu papel enquanto sujeito construtor de conhecimento, a partir das inter-relações culturais vivenciadas ao longo de nossas vidas e como as pessoas sentem e reagem diante do processo de construção do conhecimento.

As oficinas realizadas no período do curso nos possibilitaram uma interação e compreensão com este modo de ver e agir diante das relações com mundo. Mediante as nossas experiências educativas, que fazem parte de um processo de construção histórica de cada indivíduo, houve o estímulo ao desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os nossos valores e práticas, de modo que contribua com a transformação da subjetividade e com as condições de vida coletiva. Visto que o aprendizado destas oficinas sobre a nossa história de vida tornou-se referência de reflexões que se construíram durante todo o percurso do curso de Pedagogia do Campo, este pode ser considerado a base de minha construção histórica neste processo formativo.

Essa reflexão autobiográfica permite resgatar vários aspectos da vida cotidiana que contribuíram e contribuem na minha formação, tanto quanto Educanda como educadora, pois ela possibilita uma reflexão dos sujeitos sobre sua própria identidade e formas de pensar, e por isso tal análise é importante para o meu desenvolvimento e formação.

Outro fator na qual essa discussão vem contribuir é com as pesquisas de práticas pedagógicas desenvolvidas nos projetos de assentamentos em tempo comunidade. Como acima citado, até minha inserção no curso, eu tinha uma visão pragmática de educação, e como o estudo de nossa autobiografia aconteceu no início do curso, e só depois partimos para ação pedagógica, esse tempo possibilitou uma compreensão maior de educação e como adotar metodologias que valorizassem as vidas dos sujeitos do campo, como princípios éticos e pedagógicos da educação, de modo a construir um conhecimento e aprendizagem numa perspectiva de ensino-aprendizagem. Elementos como a valorização da identidade camponesa e do lugar onde vivi como um campo de estudo e reconhecimento que faz parte do processo de construção histórica de um determinado ambiente foram importantes também para o meu percurso formativo.

Partindo deste ponto de vista, em meio ao desenvolvimento do curso, no núcleo letivo de educação ambiental (ministrado pelo professor José Pedro de Azevedo Martins), elaboramos um projeto para ser realizado no período em que não estávamos em aula (Tempo Comunidade, de acordo a alternância entre tempos e espaços de formação, a partir dos princípios de alternância pedagógica adotados pelo curso) que teve como tema: “A Construção de um Viveiro Comunitário Com Essências Florestais Nativas e Frutíferas,” a ser desenvolvido em dois projetos de assentamento PAE Praia Alta Piranheira e Gleba Jacaré (município de Nova Ipixuna)”. O desenvolvimento deste projeto de Educação Ambiental com princípios de Educação do Campo despertou em mim o interesse em aprofundar este estudo de forma mais precisa.

Então não foi difícil perceber a importância do curso neste processo que ainda está em formação, por ter nos dado a oportunidade de conhecer a realidade em que vivemos e ter algumas possibilidades de reflexão acerca de

suas perspectivas de transformação. Por isso, esse tema, trabalho de forma acadêmica no assentamento em que resido, trouxe a mim o interesse de trabalhar com uma temática que possui relativa importância na atualidade, como também pode ser vista como essencial para ser desenvolvida no PA Gleba Jacaré, que é a educação ambiental.

Tendo em vista que a educação sozinha não transforma, mas que ela é a base da transformação, e pelo fato de que se observa que o assentamento Gleba Jacaré apresenta um número elevado de desmatamento, esse tema assume importância para compreender a realidade local, e ainda mais por existir no PA um Parque Ecológico (denominado Francisco Maximiano Lima de Abreu). Por tais motivos, optei por conhecer a dimensão ambiental da realidade Ambiental e se a educação escolar local o inclui, em sua grade curricular. De forma mais específica, abordei o tema para minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de forma a conceber uma temática que enfoque a importância do Parque Ecológico como conteúdo escolar na escola Santo Antonio do Praialta no PA Gleba Jacaré.

Contudo, certamente o curso de Pedagogia do Campo-2006 contribuirá com a minha formação enquanto sujeito reflexivo, que ainda está em construção, pois acredito que como é diferenciados nos seus principais elementos pedagógicos, o curso nos remeteu a uma diferenciação, principalmente como sujeitos do campo, valorizando e reconhecendo valores identitários, e que destacando que devemos ter um compromisso maior com as complexas situações que se estabelecem neste meio.

Dessa forma, refletir sobre o percurso formativo do curso traz como elementos importantes o fato de que o mesmo possui especificidades, tanto por ser direcionado a sujeitos que apresentam uma relação mais próxima com o campo, como por apresentar em seu próprio cerne constitutivo a dimensão da educação do campo enquanto modelo educacional que valoriza e resgata a dimensão de pertencimento ao campo, trazendo consigo um aspecto importante para essa discussão, que é a possibilidade de construção permanente do conhecimento a partir de uma relação mais próxima com a realidade dos sujeitos do campo, em uma perspectiva transformadora, tanto

das relações sociais que ali se estabelece, quanto da perspectiva pela qual a construção do conhecimento é tratada. Por isso, serão desenvolvidas, no próximo tópico, reflexões que tratem das especificidades de uma educação voltada para o campo.

2.2. EDUCAÇÃO RURAL *VERSUS* EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para se fazer uma discussão sobre as características da proposta de educação do campo que orienta este trabalho, é importante realizar uma análise que mostre seus contrapontos frente ao que se convencionou chamar como educação rural, ou seja, uma comparação entre as diferenças existentes entre esses tipos de abordagem, para destacar os aspectos que são vistos como transformadoras na proposta apresentada pela educação do campo.

Durante muitos anos o modelo de educação que era destinada as escolas do campo eram vinculadas ao modelo urbanocêntrico, característica fundamental de educação rural, “unicamente voltada aos conteúdos formados e informados no processo de urbanização e industrialização; o ponto de partida e de chegada do conhecimento é a cidade, apresentada como superior e moderna. Um desenvolvimento de práticas com visão capitalista e generalizada. Esta educação sempre foi um descaso para os governos no regime militar e por isso sempre foi subordinada a uma educação imposta, por pessoas que desconhecem a realidade dos sujeitos principalmente no campo, e outras regiões.

Na perspectiva oligárquica de educação rural seus princípios eram a qualificação de mão-de-obra para atender a economia industrial emergente e fortalecer o capitalismo nacional. A ideologia educacional rural parte de uma visão setorial cuja seu desenvolvimento se restringe á uma lógica dominante de pensar a produção apenas na dimensão do negócio.

Ao contrário da educação rural, a educação do campo nasceu a partir da mobilização e da pressão dos movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas. Essa luta tem se pautado pela defesa de uma educação com uma pedagogia própria, um currículo novo, uma educação que seja “do” campo, comprometida com a realidade e com os povos do campo,

respeitando seus saberes, práticas, cultura e trabalhando para contribuir com a superação de suas necessidades e aprendizados, pois, os elementos “Campo, Políticas Públicas e Educação” estabelecem uma relação que constitui o histórico do que é educação do campo.

Como visto anteriormente, o curso de Pedagogia do Campo-2006, ofertado pela UFPA em parceria com o PRONERA se constitui a partir dos princípios básicos de educação do campo, relacionados à teoria e prática que diz respeito a um movimento de ação-reflexão-ação (práxis), tendo em vista que este curso apresenta uma diferenciação dos demais numa visão emancipatória de educação e valorização do homem como um ser histórico e construtor de seu próprio conhecimento que se relaciona com o meio na qual está inserido, ou seja reconhecendo o povo do campo como sujeito de sua própria história e de suas ações é um desenvolvimento de educação que se revela como uma tarefa educativa para que se organizem e se vejam também como sujeitos de sua educação.

A educação rural é uma educação limitada onde a transmissão de conhecimento é uma elaboração pronta que é levada aos alunos do campo, pois ela nunca foi alvo de interesse para os governantes no que tange a qualidade e articulação com as demandas dos povos do campo, ou seja, esta educação tem a mesma metodologia de ensino que vigora nas escolas da cidade, por meio de um currículo descontextualizado das necessidades e cultura dos educandos, tomando como sua referência o produtivismo, preparação de mão-de-obra a serviço do mercado. Na perspectiva da educação rural o campo não é percebido como um espaço de vida e cultura é visto somente como lugar da produção de mercadorias e as pessoas são vistas como “recursos” humanos.

Então o que se observa é que dentro dessa educação a população camponesa não é incluída em um projeto social como produtores de conhecimentos, onde suas histórias de vida não é referência para o currículo das escolas do campo. Ou seja, a escola é uma instituição governamental que não considera aspectos relevantes como: o histórico da população do campo, o modo de viver de pensar e agir destas pessoas, como se organizam,

politicamente, culturalmente e economicamente, características que parecem pequenas, porém de grande valor educacional, que são desconsiderados pela escola.

A construção de propostas de políticas públicas de educação para o campo é elaborada dentro de princípios que contraria o que vem sendo trabalhada como educação rural ao longo dos tempos nos assentamentos de reforma agrária, questiona-se os métodos que são adotados nas escolas do campo que é um espaço de reprodução e produção das classes sociais e de seus conjuntos de ideologia, e desconsidera os valores a cultura do povo camponês pelo fato de o campo ser visto como um espaço de poucas oportunidades profissionais e de indivíduos de pouco saber.

Este modelo de ensino-aprendizagem tem ganhado dimensões cada vez maiores com práticas pedagógicas como a alternância Pedagógica, devido aos novos projetos de iniciativa governamental como, as Escolas Famílias Agrícolas (EFA) e Casas Familiares Rurais (CFR), que tem desenvolvimento metodológico diferenciado, dos demais cursos, tendo em vista que são cursos técnicos que contribui com a formação de filhos de agricultores, afirmando a identidade dos povos do campo, bem como valoriza suas ações e sua cultura, tendo como princípio educativo e pedagógico a pesquisa como ensino e aprendizagem, e uma relação de teoria e prática, com a perspectiva de ação-reflexão-ação (práxis).

O curso de Pedagogia do Campo adotou as práticas de alternância pedagógica desde o início por ter um direcionamento específico de formação que é o campo, e temos realizados estas práticas de pesquisa-ação como princípio educacional de nossa formação considerando o ensino e a aprendizagem que existem neste contexto, pois, o campo é um espaço de grande diversidade e o mesmo oferece um importante número de práticas que podem ser adotadas, e discutidas no ambiente escolar de modo que saibamos atuar profissionalmente.

2.3. A REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS DO SUDESTE DO PARÁ

Em meados dos anos 1970 não havia organização camponesa formalizada e por este motivo a agricultura teve um papel econômico muito secundário, onde a sociedade não valorizava e, portanto desconhecia a atividade agrícola, como forma de produção econômica e sustentável. A atividade produtiva que tinha uma estrutura e um perfil econômico e sustentável ao longo dos séculos a economia Paraense, na visão da sociedade foi o extrativismo e a diversidade de sua produção como a coleta do látex e da castanha, a caça de animais silvestres e a garimpagem de ouro, diamante e outros.

Diante deste fato é visível a falta de organização camponesa não porque eles não queriam, mas porque os trabalhadores viviam na dependência de patrões com poder e que estava ligado a concessões governamentais, que por sua vez tinha uma ideologia distorcida da realidade dos camponeses; e este poder que seus patrões tinham ia contra a forma de trabalho dos agricultores, com isso não havia espaço para os agricultores pensarem em uma organização política para os assentamentos ou assentados.

A forma de organização política se deu quando ocorreu uma ocupação mais intensa com pessoas de diversos lugares, pequenos agricultores oriundos de outros estados e municípios, desta vez eles não pensavam apenas em conseguir um trabalho nos castanhais e garimpos, porém com uma intencionalidade maior que era ocupar terras livres, e daí então formar lavoura.

Durante este período o governo e o regime não apresentavam nenhum interesse a organização livre dos trabalhadores rurais, e a manifestação destes povos, por a sua luta pela terra, ou seja, pressão pela reforma agrária. O instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi o órgão que simultaneamente se encarregou da distribuição de terras na criação de associações e orientações para a criação de sindicatos dos trabalhadores rurais, e os colonos mesmo tendo estas orientações tiveram dificuldades em meio a este processo de regularização fundiária.

Considerando a realidade dos assentamentos da região sul e sudeste do Pará “a luta pela terra e a reforma agrária formam o principal fator de Territorialização do campesinato no território nacional”. Esta observação implica no fato de que desenvolvimento territorial dos assentamentos e reforma agrária são processos que posteriormente o desenvolvimento de ambos está associado.

Os assentamentos de reforma agrária nas últimas décadas nas regiões, Vem trabalhando na construção da realidade teórica e prática de educação do campo, os projetos de assentamentos que parte é território camponês com uma ideologia diferenciada tem sido os espaços mais adequados para a realização de projetos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que nasceu em 1988, trazendo consigo propostas inovadoras sobre práticas de educação do campo avançando o desenvolvimento educacional de várias famílias assentadas.

Há uma diferenciação na dimensão territorial e econômica dos assentamentos em geral; no sentido que há uma produção variada nestes territórios o que comprometem a verdadeira produção do campo, que são elas campesinato e agronegócio. A questão agrária está associada ao modo capitalista de produção, e nela estão concentradas as diversas relações de poder; que está atribuída a propriedade de terra, dinheiro e tecnologia e esta concentração se fortifica a cada dia dentro desta lógica.

2.4. LOCALIZAÇÃO GERAL DA ÁREA E HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO GLEBA JACARÉ

Localizado no sudeste do Estado do Pará, na microrregião de Marabá, no município de Nova Ipixuna (o município de Nova Ipixuna foi emancipado pela lei nº 5.762, de 20 de outubro de 1993, sendo desmembrado do município de Itupiranga), cuja área é de 1.410 km² e sua população está em torno de 11.000 habitantes. A população rural é de 6.000 e a urbana de 5.000 habitantes. A micro-região de Marabá situa-se a 5º sul do equador. O município de Nova Ipixuna fica distante de 416 km ao sul de Belém, capital do Estado. O acesso ao município pode ser feito pela Rodovia PA- 150 sentidos Marabá –

Belém. Limita-se ao norte com o município de Jacundá, a leste com o município de Bom Jesus do Tocantins, a oeste com o município de Itupiranga e ao sul com o município de Marabá. Os núcleos populacionais do município são 04 a sede do município, uma vila no km 34, uma vila no km 41, denominado de Vila Boa Esperança, a Vila Planalto e Vila Belém. (EMBRAPA, ano 2003)

O Projeto de Assentamento Gleba Jacaré fica localizado no município de Nova Ipixuna, distando trinta e dois quilômetros da sede do município, tendo acesso terrestre através da estrada de penetração que passa pela vicinal Espal, e acesso fluvial pelo Rio Tocantins, seguido do “grotão” conhecido como Praialta.

No início da ocupação, a área que hoje é do assentamento Gleba Jacaré pertencia à cidade de Itupiranga, e era uma fazenda no ano de 1987, quando o Sr. Manoel Monteiro, presidente dos trabalhadores rurais de Itupiranga, abriu inscrições para doações de terra na fazenda do Sr. Abílio Tinelle. As vagas das inscrições foram preenchidas e no mês de maio os posseiros receberam as terras de forma pacífica, esta área era coberta de castanhais e os agricultores começaram organizar mutirões para realização de suas primeiras roças.

As dificuldades enfrentadas pelos agricultores eram muito grandes, pois não havia acesso à estrada, e tudo que precisavam transportar como alimentação, medicamentos e outros, era preciso levar à barco pelo Rio Tocantins até à cidade de Itupiranga, e dos lotes dos agricultores até o porto, os assentados tinham que transportar nas costas, e muitas vezes tinham que esperar no porto onde passavam os barcos, no período de dois a três dia para que passasse um barco.

Alguns agricultores já trouxeram suas famílias para morar no assentamento, pois ficava difícil a moradia sem uma companhia para ajudar nos trabalhos. No entanto, ainda não havia escola dentro da área, os colonos começaram a pensar a maneira de como seus filhos iriam frequentar a escola, reuniram a comunidade e elegeu um líder, o Sr. Francisco Maximiano para ser o representante da comunidade. Através de reuniões, o Sr. Francisco Maximiano começou a cobrar o prefeito, o Sr. Floriano Lima, na qual pertencia a Itupiranga uma escola para dentro do assentamento, ele por sua vez disse

que não tinha cabimento uma escola no meio do mato, (a situação que se encontrava a gleba jacaré naquela época). Mas com a insistência dos agricultores o prefeito Sr. Floriano voltou atrás e falou que iria fazer uma escola, pois ele era muito amigo do senhor Maximiano.

A escola foi fundada pelo prefeito Floriano Lima e construídas pelos pais dos alunos, através de mutirões. Em 1988 os filhos dos moradores já estavam estudando na escola, era uma escola muito simples coberta de cavaco de madeira com as paredes de ripas de açaí e os bancos de tábuas, e a partir de então começou uma nova história de vida e não ficou somente nisso.

Em 1988 o senhor Maximiano ainda era o representante da comunidade, ele convocou com toda a comunidade da Gleba Jacaré para tratar sobre o assunto da estrada, que já tinha o projeto do INCRA, mas ainda não tinha verba para fazer, e nem sabia quando iria ser liberado, quando terminou a reunião resolveram fazer um abaixo assinado e mandar para o prefeito Floriano e então foi levado e ele mandou um trator para fazer um arrastão que começou na vila Sapucaia e foi até a Boca do Praia Alta e Vila Belém, e com esses arrastões as coisas foram melhorando, não só da sociedade da Gleba Jacaré, como para as outras comunidades vizinhas.

Em 1993 a área Gleba Jacaré passa a ser o assentamento Jacaré. Neste mesmo ano, os agricultores começaram a criar uma associação, sendo no dia 14 de julho de 1994 foi criada oficialmente a associação chamada de Associação dos Pequenos Produtores da Gleba Jacaré e periferia.

Neste mesmo ano de 1994, Nova Ipixuna passou a ser município, e o assentamento Jacaré ficou na área do novo município que, desmembrado de Itupiranga, ainda não poderia ter eleições, e a situação dentro do assentamento ficou mais difícil, mas tinha um empresário na região que tinha pretensões políticas e se prontificou a ajudar no que fosse possível para os agricultores. Logo no ano seguinte em 1995, o assentamento Jacaré através da EMATER acessou o crédito coletivo do FNO (na compra de 02 caminhões, uma usina de beneficiamento de arroz, uma garagem um curral, e uma sede da associação), além de créditos de habitação, apoio e PROCERA, em seguida foram construídas as estradas, em 1998 através de projeto encaminhado pelo

presidente o senhor Francisco Maximiano, foi aprovado pelo INCRA a construção de uma escola na qual foi aprovado e construído dentro do assentamento (no qual esta escola funciona Educação Infantil, EJA, ETAPA e o ensino fundamental regular nas séries iniciais e finais, e o ensino médio modular).

Na criação do assentamento para os agricultores a situação econômica era muito difícil, pois, não tinha saída para sua produção devido a falta de acesso (um dos principais empecilhos da venda), mas com aberturas de estradas, os agricultores começaram a colocar grandes roças e a fartura de sua produção gerou uma pequena economia que dava para sustentar suas famílias mas com o início da pecuarização bovino a partir de 1999 ou seja todos os agricultores começaram a investir em pastagem e a cultura da plantação para o consumo foi sendo esquecida com isso muitos agricultores começaram a vender gado para comprarem os alimentos básicos, o que diminuiu a economia familiar.

Os recursos hídricos geravam uma dificuldade adicional, porque os rios e os igarapés enchiam e sendo quase impossível o tráfego de pessoas de dentro do assentamento para fora na época do inverno constante, continha muitas chuvas. A natureza oferecia as melhores condições, ao decorrer do tempo estes elementos geográficos foram se modificando, pois, o desmatamento constante e o plantio de pastagem fizeram com que tudo se transformasse. Hoje, as chuvas não são mais constantes e está diminuindo cada vez mais o seu período, tendo a maior parte do tempo dentro do assentamento uma grande fumaça, principalmente pela quantidade de carvoeiras instaladas nas áreas.

2.4.1 Proveniência dos assentados

Segundo o PRA – Plano de Recuperação do Assentamento (COOPSERVIÇOS 2005) os assentados presentes no assentamento e sua região afirmam que a maioria é proveniente do Estado do Pará, apresentando 54% da população, entretanto esta maioria é formada por crianças e

adolescentes. O Maranhão, com 20%, formado mais pela classe de adultos e idosos, logo após vem o Estado de Espírito Santo com (7 %), Piauí com (4%), seguido por Minas Gerais e Bahia com (3%) cada, Ceará com (2%) e os Estados de Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco com (1%) cada.

Por mais que a maioria das pessoas sejam provenientes do estado do Pará vale a pena ressaltar que essas pessoas são descendentes de agricultores vindos de outros estados, tendo a maior representatividade o estado do Maranhão, que tem como grande influência a sua cultura (sendo o Maranhão voltado mais para o cultivo agrícola). Com a tendência da pecuarização bovina na região, os agricultores vindos de outros estados, especialmente os seus filhos, tendem a trabalhar somente com pecuária, perdendo assim a sua cultura e adotando o monocultivo de pastagens.

2.4.2 Caracterização geral do Assentamento

O assentamento Gleba Jacaré foi criado no dia 21/12/1993 com o numero de portaria 1.152, e a associação dos pequenos produtores da Gleba Jacaré e periferia foi criada em 14/ 06/1994.

Este assentamento apresenta uma área territorial de 2.950,6726 ha, onde área de cada tem uma medida de 07 alqueires, com capacidade aproximada para ocupação de 80 famílias, sendo esta a capacidade real do PA. Das oitenta famílias assentados apenas cinqüenta e dois estão com lotes em RB, e sessenta e seis famílias com lotes sem RB.

No assentamento não há nenhum lote que esteja desocupado, e apenas um lote que não é familiar, ou seja, uma média fazenda, mas há um grande numero de famílias no PA que apresentam mais de três lotes, o qual é usado o nome dos filhos, irmão, esposas, ou outros parentes, para realizar o cadastro da terra, porem, o dono é só um.

O tipo de estrada do PA é conhecido como cascalho, estrada de chão e piçarra. Tem uma distancia da sede municipal 37 km, a maioria dos agricultores

tem o seu transporte particular, carro e moto, por tanto só uma minoria utiliza o carro de linha, que são os 02 carros de leite que sai e entra todos os dias.

Os lotes do PA apresentam uma boa disponibilidade de água, com um percentual de 60% de água em cada lote, poderia está em um índice bem mais elevado se o desmatamento da região não fosse tão intenso, para a criação de pastagem que possibilita muito na assoreação dos rios e córregos existentes. A área de patrimônio ambiental do PA hoje, é de 5 à 6 alqueires com inclusão do Parque Ecológico, correspondente á 15% de mata. A área de pastagem apesar do grande investimento em pecuária está com uma estimativa de 30%, pois, muitos agricultores hoje já não têm muito porque se investir nesta área, pois para muitos a criação de animais de grande porte não teve um efeito positivo e muitos se encontram em uma situação financeira bem difícil. Por estes e outros motivos parte dos lotes dos agricultores se encontram 50% área de capoeira, e apenas 5% área de roça.

O PA tem apenas uma escola (pólo) escola municipal de ensino fundamental Santo Antonio do Praia Alta, conseguiu em 2008 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) o menor índice é de 3.5 e o maior é de 4.3 pelo município atende de educação infantil, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sete turmas de ensino fundamental nas series finais (5^a à 8^a) e em parceria com o estado atende turmas de 1^a, 2^a e 3^a série do ensino médio, e no total chega a um numero entre 400 e 500 alunos.

2.4.3 Problemas ambientais enfrentados no Assentamento

Ao longo da história do assentamento Gleba Jacaré que está localizado no município de Nova Ipixuna distando 26 Km da sede municipal, este têm sofrido várias modificações climáticas, resultante de um grande avanço de desmatamento na região. O PA apresenta hoje um índice elevado de desmatamento, pois existem cerca de 5% de florestas nativas, e quase 95% de áreas já desmatadas, como pode ser visto visualmente no assentamento. Do ponto de vista ambiental, a situação chega a ser degradante, visto que o assentamento passa por transformações significantes, e já se pode “sentir na

pele” a grande necessidade de transformações para superar as conseqüências ambientais que a região tem sofrido nos últimos tempos, a desigualdade social, a apropriação da natureza e da própria humanidade como objetos de exploração e consumo. Vive-se atualmente em uma sociedade de risco, com efeitos que muitas vezes escapam à nossa capacidade de percepção direta. Com isto pode-se constatar que a cada dia aumentam consideravelmente as evidências que tais riscos podem atingir não só a vida de quem os produz, mas as de outras espécies e até gerações.

Pode-se afirmar que, antes, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), era obrigatório para os agricultores que queriam projetos financiados até 2003, porém, diante deste documento assinado pelos agricultores exigido pelo IBAMA e Banco financiadores nunca se cumpriu o que se estabelecia no documento TAC, segundo os agricultores não há licenciamento ambiental dentro das áreas de assentamentos, pois, além dos assentamentos sofreram uma dinâmica de mudanças bruscas em relação a venda de lotes que conseqüentemente leva a um desmatamento desenfreado não havendo respeito ao licenciamento feito, visto que este assentamento não sofre com fiscalização por parte do IBAMA.

As condições atuais dos ecossistemas do projeto de assentamento como já foi visto está pequena, mais ainda existe alguns animais como: tatu, paca, veado (mateiro), anta, capelão, jabuti, macaco (várias espécies), papagaio, aracuã, vários tipos de peixes além de jacaré e peixe elétrico.

Quanto á fauna, espera-se uma grande contribuição do IBAMA, que se responsabilize em repor animais silvestres e que conscientize a comunidade, fiscalize suas ações e preserve a fauna ainda existente na área.

Este é um dos grandes problemas que ocorre neste PA, porque parte da comunidade não sabe reconhecer o valor e a importância, que este parque representa na localidade, pois, na área do parque já foram encontrados vários animais, alguns levados pelos alunos ou por pessoas da própria comunidade que tem uma ligação maior com a escola. A maior parte não o vê como uma área de proteção ambiental da comunidade e apenas da escola uma vez, que a construção do mesmo envolveu alunos, pais, representantes da comunidade, e

o corpo docente da escola, como outros funcionários, mesmo que só tenham participado das primeiras reuniões ao longo do tempo se afastaram e a responsabilidade de cuidar do Parque passou a ser só da escola, não por imposição, mas pelo empenho e por acreditar que poderiam contribuir a formação ambiental do assentamento. Porém, já houve vestígios de morte de animais silvestres de pequeno porte como, tatu, jabuti etc., feito por moradores da comunidade, e também retirada de madeira, foram tomadas algumas iniciativas por parte da escola, mas não tiveram nenhum resultado.

O que se observa neste PA é que a maioria dos agricultores perdeu a prática de colheita, ou seja, a produção agrícola e se centraram na produção agropecuária onde 94% dos lotes do PA Gleba Jacaré são áreas degradadas, com o objetivo de preparar a área para a plantação de capim a fim de sustentar a produção. Do ponto de vista ecológico a realidade deste assentamento é bem dura, por que a renda econômica do assentamento gira em torno da produção leiteira, mas há os casos de famílias que após não ter mais condições de manter o pasto, acaba dando o gado de meia ou na sociedade e daí então volta a cultivar na lavoura nos lotes de quem ainda tem esta prática.

Em uma pesquisa feita por uma Educanda do curso de pedagogia do campo no Projeto de Assentamento Gleba Jacaré, devido o grande índice de desmatamento no PA, foi observado o arrependimento de alguns por ter devastado toda a sua florestas, e não ter em seus lotes árvores florestais com essências nativas, e o interesse em ter de volta estas essências. Mediante esta situação foi pensado em um projeto que venha atender esta demanda Ambiental do PA que ainda está em execução e teve como ponto de partida o Parque Ecológico.

Tanto a flora quanto a fauna ainda existentes correm grandes riscos de serem ameaçadas e até mesmo exterminadas pelos agricultores, pois, os mesmos poucos sabem da importância de se preservar. Acham que para o momento não precisam se preocupar com o futuro, se contasse em porcentagem teríamos um numero pequeno de pessoas conscientizadas dentro do assentamento.

Para a comunidade a água dentro PA é utilizada de forma bem caseira, utilizam para o uso doméstico e para alimentar os animais, pouco se usa para regar as plantas. Priorizam apenas os sítios e pequenas hortas que ficam próximos da casa.

Um dos problemas em relação à água é que pelo fato dos agricultores não terem poupado as matas ciliares do assentamento, esse líquido está cada vez mais sumindo das áreas do assentamento, e hoje se encontra em alguns córregos uma fina “lâmina d’água”, o que já preocupa bastante os agricultores.

Os produtos agroquímicos utilizados por alguns agricultores são: Tordon, Plenon, DMA, Glifosate, que são usados de maneira irracional, pois os agricultores não se preocupam em ter lugares definitivos de armazenamento e tampouco se preocupam em procurar profissionais preparados para capacitarem quanto a utilização desses produtos, a maioria dos agricultores não lê nos rótulos o modo de usar, alguns não tem esta preocupação outros pelo fato de não ter o conhecimento da leitura. A maioria destes produtos é trazida por vendedores de outras cidades e até regiões que não passa nenhuma informação precisa sobre o produto e como utilizá-lo com segurança.

Os agricultores também não usam também o Equipamento de Proteção Individual – EPI. Além de prejudicarem o meio ambiente, não possuem informação sobre o quanto a falta de EPI pode ser prejudicial à saúde de quem está aplicando nas áreas.

Como já foi descrito quanto à utilização da água e da vegetação, conseqüências da falta de preservação, sofrem principalmente o solo que na maior parte do assentamento este é apenas recoberto por gramíneas em alguns trechos onde existia terra preta, hoje pela falta de cobertura vegetal de grande porte, encontra-se áreas em estado de desertificação, ou seja, de terra, barros passou para areia, justamente pela falta de umidade no solo, que é um componente essencial na formação de um solo fértil, com vida. Este é um dos grandes e sérios problemas do assentamento como um todo atingindo diretamente toda região.

Não se enxerga nenhuma área de pastagem verde ou vigorosa. O estado vegetal é completamente seco, espera-se ansiosamente pela época das grandes chuvas na região. O solo sofre também quando há o processo de queima de pastagem perdendo varias propriedades físico-químico sofrendo alterações também.

A comunidade nunca contou com saneamento básico necessário dentro do PA muito menos na própria área da vila e nem nas comunidades vizinhos há saneamento básico instalado pelo município. O destino do lixo caseiro é todos providenciados pelas próprias famílias que queimam tudo quanto material que consideram lixo inclusive os plásticos e vidros que não se desfazem entre outros.

Há famílias que enterra o lixo outras famílias preferem jogar fora na “juquirá” (área de vegetação secundária) próxima da casa. Muitas vezes, a comunidade esquece que o solo faz parte do ambiente, e é essencial à existência da vida.

Na escola Santo Antonio do Praialta, em 2005, foi feito um projeto sobre meio ambiente que envolveu todas as turmas inclusive ensino médio, e neste projeto criaram um espaço para dividir o lixo escolar foi feito aberturas no chão com uma profundidade e largura razoável, para colocar o lixo, estas covas foram colocadas plaquetas para identificar e dividir o lixo orgânico do inorgânico, o inorgânico a principio era retirado e levado para a cidade de Nova Ipixuna a pedido dos construtores do projeto professores da escola, mais isso não durou muito tempo, hoje o lixo continua com esta divisão porem não é mais retirado e sim queimado dentro da cova.

2.5. CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE AMBIENTAL

O Parque Ambiental Maximiano Francisco de Abreu é uma Unidade de Conservação de floresta nativa, em âmbito municipal, que se localiza nas proximidades da escola do Projeto de Assentamento Gleba Jacaré. Como dito anteriormente, o PA apresenta atualmente uma pequena área de remanescentes florestais, pois a prática de criação de animais de grande porte,

como a pecuária bovina, é predominante na região e evolui com muita rapidez desde o início da criação do PA, tendo como principal característica o desmatamento das áreas de floresta para o estabelecimento de “roças” de culturas temporárias (arroz, milho, feijão, etc), que são substituídas em seguida por áreas de pastagens.

As facilidades para o desenvolvimento destas atividades no Sudeste Paraense foram várias, o que acabou ocasionando a criação de um mercado estruturado para o gado bovino na região, o qual envolve grandes e pequenos produtores. Porém, estes últimos são considerados como secundários no mercado regional de carne bovina, pois em geral produzem leite e vendem animais de pouca idade para os grandes proprietários, que trabalham com o regime de recria e engorda para venda aos frigoríficos.

Além disso, os pequenos produtores vendem, em menor quantidade, animais mais velhos (como novilhas, vacas e bois) diretamente ao mercado consumidor. Os fatores que podem explicar esse avanço da atividade pecuária são aspectos como: “maior probabilidade de poupança, liquidez e segurança” (PIKETTY *et al.*, 2005, citado por FELIX, 2008, p. 66). O mesmo vem acontecendo na área estudada nos últimos anos, e com isso o PA possui uma quantidade mínima de áreas florestais atualmente.

Ainda no período de 2003 a 2004, iniciou-se uma discussão entre professores e a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Nova Ipixuna (SEMEC), e que teve o apoio da comunidade, sobre a importância da conservação do meio ambiente no assentamento em meio à situação do mesmo. Assim, a escola elaborou um projeto que advogaria a criação de um Parque Ambiental ecológico na área do PA, sendo que este Parque teria como objetivo a sensibilização das pessoas da comunidade e da região sobre o meio ambiente e sua importância, tendo como justificativa o intenso avanço do desmatamento. Os autores da proposta consideravam ainda que ações como estas levariam futuramente a possíveis conseqüências ambientais danosas, e que a comunidade do PA de certa forma não teria condições de levantar nenhum tipo de debate sobre o meio ambiente, visto que a situação do mesmo seria preocupante do ponto de vista ambiental.

Com isso, iniciou-se a discussão sobre a estrutura do Parque, iniciativa tomada pelos educadores da escola da área na época, e logo depois teve início a participação de alunos, pais, e outros membros da comunidade. Todos os envolvidos apresentavam um único objetivo, que era transformar aquela pequena área comunitária, que media 87.200,00 m² (oitenta e sete mil e duzentos metros quadrados), em uma grande área de experimentos de práticas de ensino e aprendizagem para os habitantes da região, e principalmente do assentamento.

Até 14 de setembro de 2004, os professores da escola do PA já desenvolviam atividades referentes ao Parque, que vinham contribuir na formação conjunta dos professores e alunos, no entanto não se tinha ainda registrado sobre sua criação, ou seja, a área ainda não tinha *status* legal como Unidade de Conservação. Nessa data, uma das professoras que iniciaram a discussão sobre o Parque sofreu um acidente, vindo a falecer, e em consideração à sua pessoa e o que a mesma representou para tal iniciativa, para a escola e para a comunidade, decidiu-se em sua homenagem nomear o Parque, que até então não tinha nome. Sendo assim, a área ficou denominada como Parque Ecológico Terezinha Pereira da Silva.

Por um período, entre 2004 e 2008, foram desenvolvidos vários projetos que contemplariam as necessidades do Parque, tanto nas questões sociais e estruturais, como na sua organização e funcionamento. Isso era o que visavam os projetos elaborados pelos educadores da escola. Devido à criação deste Parque, e também a outros motivos relacionados às questões ambientais, foi criada no município uma Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), que seria responsável pelas questões burocráticas junto ao poder executivo municipal, e pela administração da Unidade de Conservação referida.

Todavia, após a criação deste órgão pelo poder público municipal, não se apresentou na área nenhum tipo de ação ou qualquer coisa do gênero que tivesse como objetivos contemplar o parque como eixo fundamental dos processos de Educação Ambiental na região, que levasse em conta sua contribuição para a formação ambiental dos sujeitos do campo e a sua importância para a comunidade. No que se refere à infraestrutura, foram

realizadas trilhas de limpeza a cada semana e a construção de choupanas de palha no centro do Parque, com o objetivo de proporcionar aos alunos e visitantes um ambiente que os deixassem um pouco mais à vontade para pesquisas, ações de turismo ambiental, e outros.

Os educadores que atuavam na escola do PA neste período foram transferidos por questões políticas, e conseqüentemente o Parque perdeu grande parte das ações que buscavam focar as questões de desenvolvimento sustentável, ou as práticas educativas relacionadas à Educação Ambiental. O novo quadro de profissionais da escola do assentamento, a princípio deram continuidade ao trabalho que era bastante rico e diversificado, mas com o passar do tempo, mais uma vez por questões políticas, um morador da comunidade que foi eleito como vereador, por motivos de promoção pessoal, conseguiu renomear o Parque Ecológico como Maximiano Francisco de Abreu, nome de seu pai falecido anos depois da criação do Parque.

Isso fez com que vários educadores perdessem o estímulo e a vontade de continuar fazendo o trabalho que realizavam, pois acreditaram que o referido vereador usou de má-fé e não respeitou a história da área, e nem a relação da professora falecida com a escola, com os alunos, com a comunidade, e principalmente com a família da educadora, que muito contribuiu para o início das atividades educativas na área do Parque.

Somente em 09 de dezembro de 2008 foi que se aprovou a Lei Municipal nº 353/2008, que segundo a regulamentação ambiental do município, respalda a criação e o funcionamento do Parque ambiental. Abaixo, segue na íntegra essa legislação:

O Prefeito Municipal de Nova Ipixuna, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art.1º: Fica criado o parque ambiental denominado Parque Ambiental Maximiano Francisco de Abreu, com área de 87.000,00 m² (oitenta e sete mil metros quadrados), localizado na Gleba Jacaré, município de Nova Ipixuna.

Parágrafo único: A presente proposição está respaldada no inciso IX do art. 3º da lei municipal de política ambiental.

Art.2º: O Parque Ambiental Maximiano Francisco de Abreu contará com uma estrutura adequada a ser definida implementada pelo poder executivo municipal.

Art. 3º: Fica o Poder Público Municipal, através dos meios legais, autorizado, a desocupação da área do Parque, preservação e reflorestamento das áreas degradadas.

Art. 4º: Como gestores e executores do projeto figuram a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

Art. 5º: A Prefeitura Municipal habilitar-se-á junto aos órgãos ambientais, federais e estaduais, para executar todas as atividades legais de competência do município nas questões ambientais no prazo de 08 (oito) meses.

Art. 6º: Os recursos destinados à criação do “Parque Ambiental Maximiano Francisco de Abreu” serão provenientes da receita orçamentária do município e da receita destinada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, podendo a prefeitura estabelecer parcerias, convênios e a abertura de crédito suplementar para a viabilização da criação e manutenção do Parque Ambiental.

Art. 7º: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º: Revogam-se as disposições em contrário encontradas.

Esta lei foi entrou em vigor ao ser assinada pelo Prefeito em exercício temporário em 09 de dezembro de 2008, após ser aprovada pela Câmara de Vereadores do Município. Esta é a lei que assegura a organização, funcionamento e gestão do Parque, porém pouco ou nada disso tem sido feito dentro ou pela área. Ou seja, é uma Unidade de Conservação que tem respaldo na legislação ambiental municipal, que está ligada diretamente ao que é estabelecido no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), mas que não tem ação concreta ou qualquer efeito positivo sobre o mesmo até o momento.

Não há nenhum tipo de fiscalização na área por parte da SEMA, que é o órgão gestor, o que é um problema no ponto de vista dos educadores da escola do PA, já que as pessoas utilizam os recursos florestais como bem entendem, e até caçam animais que lá vivem para servir de alimento e chegaram a retirar madeiras da área, ferindo a legislação de criação do parque e atuando na ilegalidade. Tal situação foi comunicada diretamente à SEMA, que no entanto não tomou providências para coibir essas práticas. Esta situação poderia e pode ser diferente, se nos colocarmos como pessoas críticas e em meio a tomada de posições que venham contribuir efetivamente para uma mudança de ações em relação ao Parque Ecológico. Por exemplo, uma das iniciativas tomadas pelos educadores da escola, a princípio, foi buscar tomar conhecimento dos motivos que levaram o Parque a ser renomeado, tendo em vista a possibilidade de resgatar o nome original e valorizar a história de criação da referida Unidade de Conservação. Na sequência, há planos de retomar as atividades de cunho educativo realizadas no âmbito do Parque Ambiental, tanto pela escola do PA, como por outras instituições de ensino do município e até mesmo da região.

2.6. JUSTIFICATIVA

Na realidade concreta do PA Gleba Jacaré, tenta-se atualmente criar certa visão crítica de proteção ambiental, a partir de uma área de preservação local, denominada Parque Ecológico Maximiano Lima de Abreu, como uma forma de reconhecimento e valorização do meio ambiente.

Como o assentamento apresenta uma pequena área de floresta, o Parque pode ser uma das mais importantes formas locais de promover o incentivo à preservação ambiental no PA, uma vez que está localizado numa área territorial do espaço escolar da comunidade. Por isso, pretende-se fazer um estudo sobre a importância deste Parque Ecológico como conteúdo na escola Santo Antonio do Praia Alta, no Assentamento Gleba Jacaré.

A Educação Ambiental pode ser entendida a partir de temas transversais, sendo que o seu campo de estudo é muito abrangente, e se caracteriza a partir de diferentes áreas de conhecimento, ou seja, para a

abordagem de suas temáticas, não se pode trabalhar apenas a partir de uma disciplina específica, visto que ela tem uma relevância significativa para uma educação integral com princípios pedagógicos, e para fortalecer uma aprendizagem diferenciada, com valores, ética e uma visão mais crítica do mundo de modo geral, a começar pelo lugar em que o educando vive.

O Parque Ecológico também pode ser compreendido a partir dessa visão, visto que um olhar de apenas uma disciplina não conseguiria abranger todas as possibilidades de se trabalhar com atividades educacionais que esgotassem a riqueza de temas que poderiam ser desenvolvidos em relação a uma área protegida no interior de um projeto de assentamento. Assim, ao se discutir, em uma aula de Estudos Amazônicos, sobre os recursos naturais existentes na região, não seria necessário ficar preso apenas a livros didáticos, que muitas vezes não são específicos da realidade regional, ou ainda nem tocam nesse tema. O Parque poderia ser uma área de estudos que congregaria não apenas essa temática, mas também elementos de geografia (conceitos como espaço geográfico, incluindo solo, vegetação, clima, etc), história (as dinâmicas de ocupação da região, baseadas primeiramente no extrativismo florestal, e depois nas lavouras e na pecuária), ciências (conceitos de flora, fauna, ecossistema, etc), entre outras disciplinas.

2.7. PERGUNTAS DE PESQUISA E HIPÓTESES

Com isso, as perguntas de pesquisa que se quer responder, através deste trabalho, são as seguintes:

- a) Qual a importância do Parque Ecológico para alguns membros da comunidade escolar estudada?
- b) O Parque é incluído como temática de discussão nos conteúdos e disciplinas trabalhados na escola?

Como elementos provisórios de resposta a esses questionamentos, formulam-se as seguintes hipóteses:

- a) O Parque certamente é visto como uma área de importância para se discutir aspectos relacionados ao meio ambiente no âmbito escolar, visto que é uma das poucas áreas de remanescentes florestais do assentamento;
- b) Todavia, pode haver ainda uma falta de maior planejamento e discussão sobre as maneiras de se trabalhar essa importância do Parque no contexto dos conteúdos disciplinares trabalhados na escola, visto que a educação ambiental ainda é discutida de forma pouco aprofundada entre os educadores da escola estudada.

Entender o contexto histórico, social e ambiental em que o Parque se localiza, de forma a compreendê-lo como parte das dinâmicas de transformação pelas quais vem passando a região Sudeste do Pará, e especificamente o PA Gleba Jacaré, no que diz respeito aos aspectos ambientais.

De certa forma, uma área de reserva ambiental em um assentamento que possui atualmente a maior parte de sua área desmatada pode apresentar um valor ambiental e social importante e de relevância para a escola, podendo ainda constituir um meio interessante para que se consiga criar e aplicar metodologias mais sustentáveis de interação sociedade / natureza, e possivelmente para se pensar soluções em relação aos problemas ambientais que a comunidade enfrenta. Evidentemente, a educação sozinha não é suficiente para mudar estes problemas, mas certamente é condição necessária para tal mudança.

Por isso, conhecer qual a importância dada ao Parque Ecológico pelos professores de 5^a à 8^a série da escola Santo Antonio do Praialta, do assentamento Gleba Jacaré, permitirá que se observe se é praticada sua abordagem a partir dos princípios ampliados da educação ambiental, que pregam a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade camponesa e socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global

2.8. OBJETIVOS (GERAL E ESPECÍFICOS)

Este trabalho tem como objetivo geral compreender se o Parque Ecológico Maximiano Lima de Abreu se constitui ou não como um meio de ensino e aprendizagem ambiental na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio do Praialta, situada no PA Gleba Jacaré, a partir de elementos provindos da própria realidade social, cultural e ambiental da escola e do assentamento estudado.

Já os objetivos específicos da pesquisa são os seguintes:

- ✓ Analisar a compreensão dos educadores da escola sobre temas como a preservação e conservação de reservas ambientais, e se é ressaltado pelos mesmos algum tipo de importância em relação à reserva ecológica local;
- ✓ Caso o Parque seja incluído como temática das aulas e atividades educativas da escola, no nível dos anos finais do ensino fundamental (5ª a 8ª séries), compreender os métodos utilizados pelos educadores para realizar essa inclusão;

3. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

A Educação Ambiental não é uma área recente no Brasil, ela vem sendo feita de várias formas, e por isso recebeu alguns significados, sendo que o que se perpetua são as práticas de preservação da natureza, atendendo aos critérios sócio-ambientais, ecológicos, éticos e estéticos da educação, o que contribui na construção de novas formas de pensar, incluindo a compreensão da complexidade e das emergências e inter-relações entre os diversos subsistemas que compõe a realidade (MEDINA; SANTOS, 2008).

Com tal discussão, tenta-se mostrar a possibilidade de uma educação que se propõe a fomentar processos capazes de adquirir o respeito à diversidade biológica, cultural e étnica, juntamente com o fortalecimento da resistência da sociedade a um modelo devastador das relações de seres humanos entre si e destes com o meio ambiente (MEC, 2007).

As temáticas aqui citadas são baseadas nas propostas educacionais de educação do campo, porque coincidem com as necessidades da educação básica do campo, nas quais se buscam propostas, metodologias e novas alternativas de aprendizagem que contribuam para a formação dos sujeitos do campo, individual e coletivamente, pois esta aprendizagem se dá através das inter-relações que estes estabelecem o meio. Assim, segundo Medina e Santos (2008, p. 37):

Os processos de ensino-aprendizagem podem ser interpretados como um conjunto de atividades coletiva e socialmente a partir de conceitos, experiências e sentimentos que os sujeitos da aprendizagem já possuem, incorporando, através de processos de reflexão-ação, assimilação ativa de novas interpretações e concepções mais complexas e aprofundadas das inter-relações socioambientais, mediadas cultural e historicamente pelas situações concretas nas quais se encontram inseridos.

A perspectiva de educação ambiental se alinha à da educação do campo, visto que ambas partem de um modo de ver o mundo no qual se evidenciam as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na

constituição e manutenção da vida concreta dos sujeitos. Daí fica evidente a importância da sensibilização das pessoas para que ajam de modo responsável e com compreensão, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro; que saibam exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda a comunidade, e que se modifiquem tanto interiormente, como pessoas, quanto nas suas relações com o ambiente

3.1. ALGUNS ELEMENTOS DA DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do campo nasceu a partir da mobilização e da pressão dos movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas. Essa luta tem se pautado pela defesa de uma educação com uma pedagogia própria, um currículo novo, uma educação que seja “do” campo, comprometida com a realidade e com os povos do campo, respeitando seus saberes, práticas, cultura e trabalhando para contribuir com a superação de suas necessidades e aprendizados, pois, os elementos “Campo, Políticas Públicas e Educação” estabelecem uma relação que constitui o histórico do que é educação do campo.

A história da proposta pedagógica de educação do campo apresenta o resultado das lutas dos movimentos sociais, marcadas por contradições e conflitos, mas essas são lutas que têm se destacado com certa importância no contexto da educação popular, e que têm contribuído na mudança do processo histórico de debate acerca dessas formas de se conceber e se praticar a educação. Os movimentos sociais que mais se destacaram nessa discussão foram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Movimento dos Sem Terra (MST), o que resultou em alguns programas, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que foi criado em 1998. Este programa tem o objetivo de formar educadores e educadoras para atuar em escolas do campo e socializar diversas práticas, sociais e educativas, que possibilitem aos educandos e educadores uma capacidade crítica e criativa, de modo que estimulem os sujeitos a assumir a

sua identidade diante da sociedade, o que gera um processo de reconstrução da identidade camponesa.

Desta forma, [a educação do campo permite] o acesso a informações/conhecimentos e instrumentos/mecanismos que os auxiliem na ampliação da compreensão crítica da realidade sócio-cultural (de sua condição/situação existencial individual e coletiva e das relações sociais e produtivas) que vivenciam no contexto do campo e da luta pela terra, possibilitando pensar de forma autônoma a elaboração/produção e implementação de propostas/ações que venham contribuir para a transformação de tal realidade segundo seus interesses, desejos e necessidades como comunidade com características e identidade próprias.

Sendo assim, este programa tem lutado pela construção de políticas públicas em uma constituição prática e teórica de educação do campo, uma construção coletiva que tem se destacado em meio às ações do PRONERA. Pois essa construção apresenta inúmeras questões que precisam ser elaboradas a partir de paradigmas da educação do campo, que são subsídios para construção de políticas públicas para o campo, contribuindo com o desenvolvimento educacional deste território e ampliando o conhecimento dos sujeitos que ali vivem.

A concepção de educação pensada pelo programa é a de uma educação específica e diferenciada, sobretudo uma educação no sentido amplo no processo de formação humana, que tem uma metodologia voltada para a realidade dos sujeitos do campo construindo referências políticas e culturais que seriam trabalhadas e discutidas na concepção de atender sujeitos do campo em áreas de assentamentos da reforma agrária, ou seja, uma concepção de educação que tenha propostas conceituadas para as escolas do campo, e que proponha pensar na realidade camponesa e na dimensão histórica que este território carrega consigo, valorizando esta cultura, as lutas sociais, a luta pela terra e pelo trabalho das populações que ali vivem e que querem um futuro melhor para si e para a sua família. Estas marcas concretas do campesinato seriam vistas como princípios éticos e pedagógicos, constituindo assim uma educação de qualidade para estes sujeitos.

Nesse sentido proponhamos que se desenvolva um processo educativo que respeite e tome como ponto de partida os saberes construídos pelas populações do campo, saberes que os sujeitos do campo acumulam antes de chegar à escola: um conjunto de experiências vivenciadas pelo contato direto, desde cedo, com as estratégias que sua comunidade desenvolve na busca da produção e reprodução de sua existência material e não-material, ou seja, as formas de organização social; formas de manejo da terra e plantio; construção de instrumentos de trabalho para pesca caça roça; formas de cuidar da saúde; diferentes celebrações religiosas; formas de socializar a produção.

Como conquista desta luta histórica dos movimentos sociais e das organizações governamentais e não governamentais estas instituições conseguiram garantir o reconhecimento da singularidade, da importância e contribuição da educação do campo para o desenvolvimento social.

A educação do campo busca um currículo integrado, no qual a escola considere os tempos e saberes da cultura e do trabalho do campo sendo observados como princípios educativos, pois é através destes que as pessoas de um determinado grupo pensam, classificam, estudam, e organizam os tempos e práticas da escola. Assim, se respeita o tempo e o modo de vida dos povos do campo, afirmando uma pedagogia e uma escola que seja verdadeiramente “do” campo, contextualizada e vinculada à existência e projetos a diversos sujeitos que ali vivem, possibilitando aos sujeitos a ampliação de seus conhecimentos, construindo novos saberes que os auxiliem na superação dos fatores que limitam a conquista de melhores condições de vida para si e para sua comunidade.

Entre tantas questões importantes, atualmente esse debate tem se pautado pela necessidade de uma proposta pedagógica – de um currículo – em que a escola do campo considere os “tempos” e “saberes” dos sujeitos do campo; que se organize de forma a garantir a presença dos educandos na escola sem que isso seja comprometido e/ou comprometedor de outros “tempos” – tempo do trabalho na roça; tempos religiosos; da estação de chuva; das marés etc.

Este currículo se constrói a partir das vivências e experiências do campo, considerando a compreensão das práticas de suas populações, que são elementos que influenciam no processo educativo, empoderando os sujeitos como produtores de conhecimento, porque é na vida dos sujeitos que se tem que buscar o conhecimento escolar, ou seja, o conteúdo programático da educação dando acesso ao conhecimento vivido da comunidade.

Essa proposta de educação se fortificou quando surgiram as diretrizes para a construção de um projeto popular para as escolas do campo. A iniciativa da proposta começou a existir a partir da alternância pedagógica, que estava vinculada a um projeto maior de sociedade, e que por sua vez estava fundamentado na legislação da educação brasileira. Segundo o que consta no parágrafo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB):

Na oferta de educação básica para a população rural os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades na vida rural e de cada região, especialmente: I. Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos na zona rural; II. Organização escolar própria; incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III. Adequação da natureza do trabalho na zona rural. (Lei 9.394/96).

Nesta perspectiva de educação do campo, para pensar em um projeto educativo para o mundo é preciso pensar em uma educação do campo que reconheça, considere e respeite – incorporando no currículo – as particularidades e demandas próprias dos povos do campo, de modo que a produção de conhecimento, ciência e tecnologia, a partir da pesquisa vista como um princípio educativo, se faça de forma contextualizada, contribuindo para a melhoria de vida destes povos, para o reconhecimento de um lugar social para seus sujeitos, para seus processos produtivos, de trabalho, cultura e educação. Dessa maneira, afirma Caldart:

A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se

encontrem-se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino (CALDART, 2004, p. 28).

Todo projeto pedagógico de uma escola revela uma intencionalidade que explicita o ser humano que deseja formar, e o currículo das escolas de educação do campo deseja que se busque a formação de sujeitos com valores que os estimulem a assumir sua identidade crítica e criativa diante do mundo. Por isso que é preciso ter clareza de que, na reorganização dos currículos e na reinvenção pedagógica nas escolas do campo, precisa-se desencadear um processo formativo que contribua também para a reflexão sobre os modos de produção agrícola existentes, o lugar onde as populações do campo vivem e a sua cultura. Nesse sentido, para Caldart (2002, p. 26), “o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive, com direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas sociais”.

Contudo, uma educação que venha verdadeiramente assegurar a escolaridade dos povos do campo, com direito à participação na construção dos aspectos históricos deve levar em conta os contextos sócio-culturais, ambientais e políticos do campo, possibilitando um processo de ação-reflexão-ação (práxis) sobre o meio em que vivem, ampliando seus conhecimentos e reafirmando uma educação contextualizada

3.2. DIÁLOGOS NECESSÁRIOS ENTRE AS PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ao longo da história educacional brasileira a educação do campo foi tratada pelo poder público de maneira compensatória, ou seja, uma adaptação da escola urbana, onde o poder público não considera o contexto educacional em que as escolas estão situadas, as relações sociais que ali existem, a produção e a cultura estabelecida neste território. Com a força dos movimentos sociais em parceria com universidades e outras entidades, tentam instituir a criação de uma política de educação do campo, com objetivo de promover

ações educativas nos assentamentos de reforma agrária, com metodologias de ensino específicas à realidade sociocultural do campo.

Esta proposta de educação do campo traz consigo a incorporação de questões relevantes para a sociedade, ao currículo das escolas do campo como as questões ambientais, que é pouco discutida nas escolas por não fazer parte do currículo escolar. A educação ambiental é uma complexa dimensão da educação, caracterizada por uma grande diversidade de teorias e práticas e que, portanto não pode ser entendida no singular. (MEC, 2007).

O campo é um lugar diverso e apresenta uma série de demandas e especificidades de cada território, porque ele tem um contexto histórico e social próprio, que é voltada aos interesses e as necessidades dos povos que moram e trabalham ali. Neste caso a educação ambiental das escolas do campo, deve ser vinculada as vivencias, as causas, os sonhos e a cultura dos povos que vivem no campo, proporcionando um saber significativo, critico e contextualizado, e uma compreensão complexa e politizadora da realidade, que possibilite a construção de conhecimentos potencializadores de transformação dos problemas sócios ambientais do campo num processo de aprendizagem pedagógica.

A educação ambiental nas escolas do campo atenta as diferenças do ambiente natural, históricas e culturais, contribui para a formação de sujeitos responsáveis, capazes de refletir e agir sobre sua realidade, capazes de identificar, analisar compreender e resolver problemas, capazes de cooperar e, acima de tudo, e sejam possuidores de um comportamento ético. (MEC, 2007, p.200).

Os elementos naturais e culturais fazem parte do histórico dos assentamentos, por tanto do meio ambiente e não podem ser deteriorados, pois, a biodiversidade também está vinculada a esta diversidade cultural, que devem ser consideradas nas escolas do campo, que se formam com base nas características particulares no meio que a população habita.

Grande parte dos assuntos significativos para ser abordado em sala é relativa à realidade mais próxima, ou seja, sua comunidade, por ser um

universo acessível e familiar, que se torna um campo de práticas, nas quais o conhecimento adquire significado que é essencial para o exercício da participação dos alunos em sala, na qual podem estar colocando seu ponto de visto sobre o tema e sobre a realidade ambiental do planeta fazendo uma relação com a situação local e nível global, pois, as questões ambientais dizem respeito direta ou indiretamente ao interesse de todo o planeta.

Considerando que independente da abrangência com que se abordarão as questões, local ou global, é preciso reforçar, a existência de alternativas ambientalmente equilibradas, saudáveis, diversificadas e desejáveis, diante da atual realidade à que se encontra o planeta é insensata, não se preocupar com tais questões. Haja vista que a importância da potencialização das pequenas e importantes contribuições que a escola (entendida como docentes, alunos, e comunidade) pode dar para tornar o ambiente cada vez melhor, e os alunos se perceberem como sujeitos históricos e seu compromisso com a vida, a natureza e a melhoria dos ambientes com os quais convivem.

Neste sentido a escola desempenha um papel importante na questão ambiental sobre a comunidade, que é proporcionar um ambiente escolar saudável e coerente com aquilo que ela pretende que seus alunos aprendam, para que possa, de fato, contribuir para a aprendizagem e a formação da identidade como cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente e capazes de atitudes de proteção e melhoria em relação a ele.

3.3. PARA UMA ABORDAGEM INTEGRADA: A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO CAMPO

Segundo Medina e Santos (2008), a incorporação da educação ambiental na escola só será possível se o sistema for capaz de adaptar-se às suas necessidades, e ela, por sua vez, conseguir obrigá-lo a uma profunda mudança que restabeleça os fins, os conteúdos e as metodologias de ensino.

As necessidades da educação ambiental no campo ser trabalhada nas escolas são visíveis, porém, como as escolas tendem a seguir o modelo de educação urbano, não se atentam para estas questões, que não são incluídas diretamente no currículo da escola, nem mesmo em disciplinas específicas para desenvolver este trabalho. Uma vez que para se trabalhar educação ambiental não há necessidade de disciplinas específicas, por ser um conjunto de temas transversais, os conteúdos podem ser abordados dentro do planejamento específico de cada professor de acordo com a sua disciplina, considerando elementos relacionados ao seu conteúdo, pois assim seria possível contemplar as questões naturais, sociais, políticas, econômicas e culturais.

Portanto, não se trata tão somente de ensinar sobre a natureza, mas de educar “para” e “com” a natureza; para compreender e agir corretamente ante os grandes problemas das relações do homem com o meio ambiente; trata-se de ensinar sobre o papel do ser humano na biosfera para a compreensão das complexas relações entre a sociedade e a natureza e dos processos históricos que condicionam os modelos de desenvolvimento adotados pelos diferentes grupos sociais (MEDINA; SANTOS, 2008).

Cabe à escola, também, garantir situações em que os alunos possam pôr em prática a sua capacidade de atuação promovendo atividades que possibilitem uma participação concreta desses alunos, de modo a garantir a construção de um ambiente democrático e para o desenvolvimento da capacidade de intervenção da realidade. Desenvolver esta postura crítica é muito importante para os alunos, pois isto permite avaliar informações que eles conhecem e que não são consideradas, bem como os valores que lhes são associados, e isso os ajuda a agir com visão ampla e, portanto, mais segura ante a realidade em que vivem. Para tanto, os professores precisam conhecer o assunto e buscar mais informações juntamente com os alunos, enquanto desenvolvem suas atividades, priorizando a sua própria formação/ informação à medida que as necessidades configurem essa possibilidade. Em relação a este processo, Medina e Santos (2008, p. 37) afirmam que:

Os processos de ensino-aprendizagem podem ser interpretados como um conjunto de atividades que se realizam coletiva e

socialmente a partir dos conceitos, experiências e sentimentos que os sujeitos da aprendizagem já possuem, incorporando, através de processos de reflexão-ação, a assimilação ativa de novas interpretações e concepções mais complexas e aprofundadas das inter-relações sócio ambientais, mediadas culturalmente e historicamente pelas situações concretas nas quais se encontram inseridos.

A perspectiva ambiental nas escolas do campo deve possibilitar uma aprendizagem que possa remeter os alunos à reflexão sobre os problemas que afetam a sua vida e a de sua comunidade, e relacionar aos problemas que ambientais que sofrem o país e o planeta. Para que estas informações sensibilizem e provoquem o início de um processo de mudança de comportamento, é preciso que o aprendizado seja significativo, isto é, que os alunos possam estabelecer ligações entre o que aprendem e sua realidade cotidiana, e também com o que já conhecem. A esse respeito, Freire (1996, p. 30) afirma que:

Pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

Existe uma diversidade de estratégias para se investigar o ambiente em que o ser humano vive, para redescobri-lo e conhecê-lo melhor, tornando o espaço escolar aberto ao diálogo com a sociedade. Por exemplo, as escolas do campo podem colaborar em diagnósticos socioambientais da região, juntamente com entidades e lideranças da comunidade, e podem realizar estudos sobre os problemas ambientais na comunidade buscando alternativas para a sua solução (MEC, 2007). A educação do campo, nesse sentido, não difere muito dessa perspectiva de Educação Ambiental, pois tem como base valorizar a cultura camponesa, os processos de afirmação de identidade das populações do campo, além de vários aspectos que devem ser discutidos e integrados ao currículo escolar, tentando assim construir uma educação que

pretenda desenvolver sua capacidade criadora e perceptiva, que possibilite uma forma diferenciada de pensar, a partir de sua realidade e vivência.

A relação entre escola e comunidade é importante neste processo de construção e mudança, pois favorece o desenvolvimento social em que todos participam, visto que esta troca de informações abre um rico universo de situações para a aprendizagem coletiva, por meio do diálogo e da cooperação. Através das relações que se estabelecem em meio este processo entre os membros da escola e deste com as pessoas e organizações da comunidade, da reflexão crítica sobre a realidade socioambiental, acontece um processo interessante de aprendizagem coletiva, de desenvolvimento de saberes (contextuais, significativos, vinculados a uma realidade concreta), de habilidades, de atitudes, de valores que enriquecem os membros da escola e da comunidade, e que servem para programar projetos criativos que contribuam para melhorar a qualidade de vida no contexto de sua própria cultura, respeitando e valorizando o entorno.

Isso implica dizer que esta educação respeita e valoriza os diversos saberes existentes, e que podem ser vistos como elementos fundamentais para serem abordados como conteúdo escolar nas escolas do campo, em uma perspectiva lógica de construção de conhecimento através da realidade, de modo que se pode gerar uma aprendizagem e uma compreensão sobre esses processos.

Para que se possa produzir uma aprendizagem significativa na perspectiva da educação ambiental nas escolas do campo, o conteúdo a ensinar deve ser significativo, tanto do ponto de vista formal (“significação lógica”) como do ponto de vista dos conteúdos em si mesmos (“significação psicológica”). Por “significação lógica” entende-se que os conteúdos apresentados devem ser necessariamente coerentes em estrutura interna e não apresentar-se de forma confusa. A “significação psicológica” implica que podem haver, na estrutura cognitiva do aluno, elementos anteriormente assimilados que permitem estabelecer relações com os novos conhecimentos a serem incorporados. Além disso, o educando deve ter uma atitude favorável

para que aprendizagem se efetive, o que esclarece a importância da motivação no processo de ensino-aprendizagem (MEDINA; SANTOS, 2008)

Este processo é de fundamental importância na formação humana, social e ética dos educandos, pois, a partir desta educação pelos seus pressupostos básicos nos permite conhecer e construir cenários futuros de desenvolvimento para a sociedade atual, conscientes de que sujeitos se querem formar, e assumir uma nova função de discussão e desenvolvimento da racionalidade ambiental, desenvolvendo uma outra visão sobre a educação, um olhar global, uma nova maneira de ser e estar no mundo, um jeito de pensar a partir da vida cotidiana, que busca sentido em cada momento, em cada ato e até mesmo em cada prática criando e dinamizando a relação existencial entre o ser humano e a natureza.

A Educação Ambiental crítica objetiva promover ambientes educativos de mobilização de processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos, nestes ambientes, superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um outro processo educativo. Assim, nesse exercício, podem estar educandos e educadores, formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da crise socioambiental que todos nós vivenciamos atualmente.

Ao olharmos rapidamente para a história da Educação Ambiental, observamos que esta vem sendo adjetivada de várias formas, e isso se explica por diferentes motivos. O campo dessa área de conhecimento foi formado por diversas visões de mundo em diálogo e disputa, e sua identidade se definiu mais pela negação ao estilo de vida urbano-industrial e aos valores culturais individualistas e consumistas do que por pontos comuns na proposição de alternativas viáveis. Com isso, para não cairmos em uma visão homogeneizadora ou simplificada, acabamos por sentir a necessidade de explicitar as diferentes abordagens configuradas no modo de se fazer tal refutação e construir outros caminhos que, bem ou mal, por vezes mais complicando do que facilitando, possam nos fazer romper com essa perspectiva simplificadora, pois falar simplesmente em “Educação Ambiental”

pode não ser suficiente para se entender o que se pretende com a prática educativa ambiental.

A Educação Ambiental permitirá pelos seus pressupostos básicos, uma nova interação criadora que redefina o tipo de pessoa que queremos formar e os cenários futuros que desejamos construir para a humanidade, em função do desenvolvimento de uma nova racionalidade ambiental. Torna-se necessária a formação de indivíduos que possam responder aos desafios colocados pelo estilo de desenvolvimento dominante, a partir da construção de um novo estilo harmônico entre a sociedade e a natureza e que, ao mesmo tempo, sejam capazes de superar a racionalidade meramente instrumental e economicista, que deu origem às crises ambientais e sociais que hoje nos preocupam. (MEDINA; SANTOS, 2008, p. 24).

Assim, a Educação Ambiental pode ser vista como um sistema aberto, que não pode isolar-se do meio sócio-cultural e se apresenta em um contínuo processo de interação com ele. Portanto, essa perspectiva não pode ser discutida individualmente, uma vez que é considerada como um processo dinâmico e evolutivo, que promove e é promovida pelo desenvolvimento dos modos de vida da humanidade, ou seja, a partir de uma relação real e intensa do ser humano com seu meio ambiente, biofísico, psicossocial, sociocultural e econômico.

4. ELEMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho de pesquisa, os aspectos metodológicos abordados foram aplicados de acordo com os passos necessários para construção de um diagnóstico. O primeiro momento correspondeu à observação participante das práticas dos educandos, no segundo momento a realização de entrevistas semi-estruturadas com os professores, e por último a sistematização dos dados coletados.

As técnicas para coleta de dados foram às seguintes: após o contato e interação com os educadores nas escolas, foi aplicado um questionário com questões abertas, visando coletar dados importantes para responder aos questionamentos de pesquisa (o questionário utilizado encontra-se em anexo). Visando-se acatar os aspectos éticos na realização da presente pesquisa, buscou-se trabalhar com as informações coletadas de forma a manter o anonimato dos entrevistados na instituição escolar referida, por meio da utilização de pseudônimos que não identifiquem diretamente as pessoas que forneceram tais informações.

Portanto, se objetivou nesta pesquisa com os professores de 5^a a 8^a séries do Ensino Fundamental da escola Santo Antônio do Praialta no assentamento Gleba Jacaré, sendo eles os agentes que forneceram as principais informações para o desenvolvimento deste trabalho, com dados referentes ao tema da importância do Parque Ecológico do assentamento como conteúdo escolar. Diante da situação ambiental do assentamento, e pelo fato do Parque Ecológico estar localizado em uma área nas proximidades da escola, a partir de temáticas interdisciplinares, foi elaborado um roteiro de entrevistas para serem realizadas com os mesmos.

A pesquisa foi realizada em uma única etapa, porém desenvolvida em dias consecutivos, até que se pudessem entrevistar quatro professores, entre os seis que trabalham atualmente no nível de ensino considerado (5^a a 8^a séries), número considerado representativo para se alcançar os resultados

pretendidos. Por atuar na localidade, ou seja, no assentamento, e por fazer parte do grupo escolar e ter uma boa relação com os professores, não foi difícil para nós realizar este trabalho, pois, a convivência cotidiana no local contribuiu para um bom desenvolvimento da pesquisa, além de já termos realizado outros trabalhos de cunho pedagógico nessa mesma escola.

Exemplo disso foram os estágios didáticos para atender às exigências formativas do curso de Pedagogia do Campo. No decorrer deste curso, tais estágios possibilitaram uma construção de atividades conjuntas entre estudantes da UFPA e educadores da escola, o que possibilitou estabelecer uma proximidade que facilitou a inserção da pesquisadora no campo de estudo.

Em relação à presente pesquisa, essa situação também possibilitou que se debatesse o tema de estudos no âmbito da própria escola, permitindo que se conhecesse, discutisse e refletisse sobre cada questão mencionada no roteiro de entrevistas, sendo que cada uma delas suscitou discussões sobre a importância social e ambiental do Parque Ecológico, visto a partir de uma perspectiva de educação ambiental, tendo como princípio a valorização do Parque. Sendo assim, a pesquisa serviu também como um instrumento de reflexão na escola sobre as possibilidades de se tomar o Parque Ecológico como um objeto de valorização da realidade local no âmbito dos conteúdos curriculares trabalhados na escola.

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa com um estudo descritivo e analítico, de modo que o método utilizado estivesse de acordo com os objetivos que se pretende alcançar. Assim, se poderia perceber, ainda que a título de amostragem, qual a importância da educação ambiental na prática educativa desses educadores, observando-se até que ponto se valorizaria ou não o Parque Ecológico do assentamento no âmbito dos elementos trabalhados no espaço escolar em relação à educação ambiental. Portanto, os elementos de análise giram em torno do ponto de vista dos educadores da escola referida sobre a importância do “Parque Ecológico” como conteúdo escolar, e se é realizada a inserção deste tema nos planejamentos de suas práticas pedagógicas.

No que se refere à revisão de literatura realizada e que fundamenta este trabalho, as referências bibliográficas que estamos utilizando como ponto de apoio são autores como Paulo Freire, Isabel Cristina de Moura Carvalho, Alexandre de Gusmão Pedrini, Elisabete da Conceição Santos, e Nana Menini Medina, Mauro Grum, Maria Rita Avanzi, que pelas suas contribuições no campo da educação, nos dão subsídios para um aprofundamento das compreensões acerca das relações socioambientais, dentre outras questões sobre o processo educacional envolvendo a dimensão ambiental. Como afirma Carvalho:

O que acreditamos alcançar com essa proposta é que pelo desvelamento das relações de poder, dos mecanismos ideológicos estruturantes da realidade, se instrumentalize para uma inserção política no processo de transformação da realidade socioambiental. Nesse processo pedagógico se estará promovendo a formação da cidadania, na expectativa do exercício de um movimento coletivo, gerador de mobilização (ação em movimento) para a construção de uma nova sociedade ambiental sustentável. CARVALHO 2004; p. 33

Portanto, ao longo deste trabalho, tenta-se fazer uma discussão sobre a educação ambiental a partir dos princípios da educação do campo, buscando sempre refletir criticamente sobre a realidade pesquisada e sua interação com o meio ambiente, haja vista que essas correntes da educação, tanto a ambiental como a do campo, têm como base o pensamento crítico inovador, em qualquer tempo e lugar, em seu modo formal, não formal e informal, buscando promover a transformação e a construção da sociedade a partir de elementos críticos e reflexivos sobre a atual situação da problemática socioambiental no país.

Essa forma de discussão relacionando educação ambiental x educação do campo tem o objetivo de estimular um desenvolvimento intelectual crítico em uma região em que atualmente só existe uma pequena concentração de florestas nativas, e na qual a agropecuária predomina como é o caso do Sudeste Paraense, e mais especificamente, do município de Nova Ipixuna. Sendo assim, percebe-se a importância de estar refletindo sobre essa situação, em especial sobre a importância do Parque Ecológico no âmbito do

assentamento estudado, o que nos propicia criar possibilidades que busquem sensibilizar e formar cidadãos com uma visão diferenciada e crítica sobre uma temática que pode ser relevante, tanto para sua vida como para toda a comunidade, que poderá sofrer as conseqüências de formas de produção que não levem em conta as complexas questões ambientais regionais.

5. ANÁLISE DE DADOS

Como discutido anteriormente, a perspectiva da Educação Ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações em uma abordagem ampliada, devendo também converter cada oportunidade em experiências educativas que busquem refletir sobre as condições necessárias para se construir sociedades verdadeiramente sustentáveis. Como visto, é nesta perspectiva de educação que pretendemos encaminhar este trabalho, principalmente no que se refere à construção das análises a partir das informações colhidas na pesquisa de campo, e que dão sustentação à pesquisa.

Sendo assim, o objetivo das entrevistas realizadas neste trabalho visa fundamentar um estudo sobre o tema mencionado anteriormente, numa perspectiva de construção do conhecimento ecológico e educacional, pois esta pesquisa não visa apenas colher dados acerca de um determinado território ou sobre uma determinada realidade, mas também analisar esta realidade com uma visão crítica, de modo a que possa contribuir na formação mais ampla das pessoas que estão envolvidas neste processo, principalmente os educadores e alunos da escola estudada.

Tendo isso em vista a análise das entrevistas, esta se deu a partir de três questões consideradas como mais relevantes para alcançar os objetivos propostos no trabalho, ou seja, discutir a área temática da educação ambiental a partir das especificidades do “Parque Ecológico” do PA Gleba Jacaré, e sua integração ao currículo da escola local. As questões supracitadas são:

- a) Qual a importância do Parque Ecológico para você educador e para escola?
- b) Como, e quando você o insere em suas disciplinas? Se não o insere, porque isso não é feito?
- c) Você acha que o Parque Ecológico pode servir para sensibilizar os alunos acerca das questões ambientais? Como isso seria possível?

Sendo assim, para facilitar a análise das respostas que os entrevistados deram às três questões, estas foram agrupadas em tabelas, visto que essa organização dos dados permite comparações entre os diferentes pontos de vista elencados. Além disso, foi organizada ainda uma tabela mostrando as informações básicas acerca dos professores entrevistados, ou seja, uma caracterização geral dos mesmos, conforme consta da Tabela 01. Como dito anteriormente, para garantir o anonimato, achamos por bem usar pseudônimos para a identificação dos entrevistados.

TABELA 01: Informações pessoais sobre os educadores entrevistados

Nome	Idade	Naturalidade	Formação	Disciplinas	Tempo de serviço
Jacqueline (Educadora I)	25 anos	Marabá - PA	Pedagogia; Especialização em Gestão Ambiental (em andamento)	Estudos Amazônicos, Português, Ciências e História	08 anos
Oséias (Educador II)	26 anos	Marabá - PA	Letras – Língua Portuguesa	Matemática e Inglês	07 anos
Juliane (Educadora III)	34 anos	São José- PI	Pedagogia especialização em gestão ambiental (em andamento)	Matemática e Ciências	10 anos
Francisco (Educador IV)	30 anos	Volta Redonda – RJ	Letras – Língua Portuguesa; Especialização em Educação do Campo (em andamento)	Português e Ciências	04 anos

FONTE: Dados de campo (2010).

De acordo com os dados acima citados percebe-se que os educadores da escola (entrevistados) têm idades relativamente baixas (entre 20 e 35 anos),

e que dois deles são naturais do estado do Pará, um do Piauí e um em São Paulo, e considerando que um deles reside atualmente no assentamento, outro na cidade de Nova Ipixuna e outros dois em Marabá, observa-se que mesmo não morando diretamente no assentamento, isto não é problema, pois os mesmos dispõem de transporte próprio (motocicleta) que facilita a entrada e saída no assentamento.

É importante ressaltar que os quatro professores entrevistados têm graduação completa e está cursando uma pós-graduação, porém, a formação não coincide com as disciplinas com as quais trabalham, e que segundo eles a carga horária e a lotação de professores é feita na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SEMEC), sendo que a instituição não atende estes critérios, porém os distribuem de acordo com a necessidade do município e das escolas. Isso demonstra que a formação dos professores não é tão valorizada e respeitada como deveria, e ações como estas podem ter conseqüências na aprendizagem dos educandos. Como por exemplo, uma das educadoras tem formação em Pedagogia, no entanto trabalha com a disciplina de matemática, o que pode causar dificuldades no domínio dos conteúdos e nas práticas pedagógicas colocadas em ação nas escolas em que a educadora trabalha. Em relação ao tempo de serviço dos entrevistados, o período de experiência está compreendido entre 05 e 12 anos, tempo relativamente bom para uma experiência pedagógica satisfatória.

Para o desenvolvimento deste trabalho é importante contar com todas as informações acima descritas no sentido de estar conhecendo as práticas de ensino dos educadores da escola referente à Educação Ambiental, e daí conhecer o seu ponto de vista referente à temática trabalhada, ou seja, se o Parque ecológico é ou não valorizado pelos educadores de 5ª a 8ª séries da escola, tentar analisar suas respostas e discuti-las a partir de autores que tenham como ponto de reflexão o fortalecimento da importância de se ter e fazer educação ambiental, da conservação de áreas protegidas e dos cuidados com o meio ambiente, proporcionando um processo de ensino e aprendizagem mais enriquecedor para a escola e para os que fazem parte desta instituição.

TABELA 02: Visão dos entrevistados acerca da importância do Parque Ecológico como tema de conteúdos pedagógicos

Educadores	Elementos de resposta
Jacqueline (Educadora I)	É um centro de pesquisa e de visão crítica, formando cidadãos com opiniões críticas.
Oséias (Educador II)	É um grande privilégio para os educadores, e para a comunidade escolar apresenta uma grande importância.
Juliane (Educadora III)	O parque, funcionando bem, tem grande importância como benefício para os conteúdos escolares e para a aprendizagem.
Francisco (Educador IV)	Por ser a única preservação ecológica do município, pode servir para mobilizar a escola e a comunidade.

FONTE: Dados de campo (2010).

No que se refere às possibilidades de incorporação do Parque Ecológico como tema curricular na escola do PA Gleba Jacaré, conforme demonstraram as respostas fornecidas pelos entrevistados (constantes na Tabela 02), o Parque Ecológico pode ser um importante recurso de ensino e aprendizagem na construção de conhecimento nos aspectos ambientais e sociais da educação no PA, e sua localização na área escolar também é um elemento essencial para o incentivo da sensibilização dos educandos em relação às questões ambientais.

Haja vista que a escola precisaria desempenhar o seu papel no que se refere a esta atribuição, considerando os elementos fundamentais para a formação social de sujeitos reflexivos, que partam da própria realidade concreta que compartilham em suas vivências cotidianas para construir o processo de ensino-aprendizagem, principalmente no que se refere à Educação Ambiental, área temática pouco discutida nas escolas, e de grande importância para a sociedade brasileira.

Sendo assim, comparando-se as respostas da educadora I com a III,

É um centro de pesquisa e de visão crítica, formando cidadãos com opiniões críticas. (Jacqueline)

O parque, funcionando bem, tem grande importância como benefício para os conteúdos escolares e para a aprendizagem. (Juliene)

o Parque Ecológico situado próximo à escola apresenta uma grande importância no sentido de reforçar as possibilidades de enriquecer o ensino e a aprendizagem. Ambas as entrevistadas ainda vêem o Parque como um meio de pesquisa, e afirmam que o mesmo possibilita uma visão diferenciada sobre o meio ambiente e a importância de se preservar os recursos naturais. Esta concepção em relação ao parque por parte das duas educadoras parece ser consensual, pois aparentemente ambas demonstraram em suas respostas que o Parque Ecológico ao lado da escola deve ser valorizado, e que, do seu ponto de vista, é de grande importância para elas, enquanto educadoras, e para a escola, como possível conteúdo escolar.

No entanto, acreditamos que não basta reconhecer a importância dessa área oralmente, ou seja, apenas no nível do discurso, pois para que seja possível a construção de uma concepção justa e ecologicamente viável de sociedade nos educandos, é preciso bem mais que isso. Assim, é necessário criar condições para que a importância do Parque Ecológico seja de fato reconhecida não apenas por professores que atuam na área, mas também por todos os alunos e pela comunidade local, e até mesmo por pessoas de outras comunidades rurais, municípios e regiões.

Essa afirmação parte da constatação de que, mesmo com a argumentação dos professores sobre a importância da área enquanto objeto de estudo que coloca a realidade local como ponto de partida da aprendizagem, observa-se que não são tomadas ações concretas para a valorização do Parque, e que praticamente não se desenvolvem ações pedagógicas no cotidiano da escola que estimulem o caráter crítico e reflexivo da problemática ambiental entre os alunos, partindo da atual realidade do assentamento, e considerando-se que o processo educativo não se restringe ao aprendizado individualizado dos conteúdos escolares, mas na relação do um com o outro, do um com o mundo, ou seja, a educação crítica e transformadora se dá na

relação entre o sujeito e a realidade concreta vivenciada por este. Assim, seria preciso diminuir o distanciamento entre o discurso e a ação pedagógica:

Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser tal modo concreto que quase se confunde com a prática. O seu "distanciamento" epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise e maior comunicabilidade exercer em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. Por outro que quanto mais me assumo como estou assim mais me torno capaz de mudar, de promover no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica. Não é possível a assunção que o sujeito faz numa certa forma de estar sendo se disponibilidade para mudar. Para mudar e de cujo processo se faz necessariamente sujeito também. (FREIRE, 1996, p. 22).

Essa discussão é interessante porque o Parque Ecológico, ao longo do tempo, tem sido para a escola uma fonte importante no que se refere à sua utilização enquanto recurso didático, e em um certo período, como entre os anos de 2003 e 2004, a área foi bem utilizada como um meio de ensino e aprendizagem, pois os educadores da escola o viam como um ambiente educativo, criando atividades que mobilizavam os alunos e todo o corpo docente da escola, e até mesmo a comunidade local, para exercer atividades coletivas nas quais se estimulava a construção de um conhecimento dinâmico.

As iniciativas tomadas pelos educadores eram organizadas entre eles e posteriormente eram anunciadas, convidando-se a comunidade a participar. Foram organizadas "assembléias ecológicas", debates com técnicos sobre o meio ambiente, e sobre como o Parque Ecológico não estava recebendo recursos para sua manutenção e seu funcionamento. Os professores também organizaram uma "balada ecológica" (festa popular), com venda de camisetas sobre o evento e venda de bebidas. Esta festa ocorreu no galpão da associação de produtores rurais da Gleba Jacaré, pois a escola pôde contar com a associação a fim de arrecadar fundos para a manutenção de alguns custos financeiros do Parque.

Estas ações aconteceram apenas enquanto o grupo de docentes atuantes na época, que em sua maioria habitava na cidade, trabalhava na escola, no entanto, por questões políticas estes educadores foram transferidos para outra localidade. Com a saída destes profissionais em 2006, o Parque ficou no esquecimento dos educadores e dos líderes locais, e hoje está sem perspectivas de utilização na escola e na comunidade.

Assim, nessas iniciativas a aprendizagem não se dava individualmente, e sim em meio a um processo de construção e intervenção sobre a realidade local, levando em consideração seus problemas socioambientais. Assim, trata-se de realizar, portanto um resgate desse tipo de iniciativa, para que possamos, neste contexto, superar as armadilhas paradigmáticas da educação tradicional e propiciar aos educandos e aos demais participantes um processo educativo ampliado que, nesse exercício de construção coletiva, estejamos todos (educandos, educadores e comunidade) nos formando ao mesmo tempo em que contribuímos no exercício de uma cidadania ativa, visando atuar na transformação da grave crise socioambiental que todos nós vivenciamos atualmente.

Se tal perspectiva for possível de ser trabalhada a partir da incorporação da Educação Ambiental no âmbito do currículo escolar, partindo da própria realidade dos sujeitos locais, trata-se então de resgatar práticas e ações pedagógicas que foram sendo deixadas de lado no decorrer do tempo no âmbito da escola referida.

O “Parque Ecológico”, segundo os professores entrevistados, é a única área de proteção ambiental do município, e por sinal está situado dentro do território escolar, e isso é visto como um privilégio para a instituição, mas que não é reconhecida pelo órgão gestor da área, ou seja, pela SEMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente), além de outras instituições públicas do município, como a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SEMEC).

Assim, aliada a uma grande falta de infraestrutura em relação à manutenção da área de conservação ambiental, há recursos para realização de atividades relacionadas ao Parque, porém não se sabe como se consegue

acessar estes recursos, pois ao que parece, na escola ainda não chegou nenhuma informação sobre os recursos financeiros destinados à manutenção da área de proteção ambiental. Como dito anteriormente, o que se tem de estrutura no Parque surgiu a partir da iniciativa dos educadores da escola em criar atividades para serem desenvolvidas neste ambiente, e possivelmente gerar ações de aprendizagem a partir de uma melhor estrutura física.

Tendo em vista essas considerações, o resgate das ações pedagógicas tendo o Parque Ecológico como referência parece também ser um ponto de consenso. Consideramos que a importância do planejamento para realização de atividades no espaço do Parque Ecológico mostra-se essencial, pois obviamente não se pode perder a oportunidade de dar condições para que os educandos possam perceber suas ações individuais e coletivas sobre o meio ambiente. Assim, as ações pedagógicas na área temática de Educação Ambiental podem tornar propícios os momentos de conhecer, pesquisar, dialogar, questionar e criticar, tendo como ponto de partida a realidade local dos educandos, de forma que possibilitem para estes a percepção de que o conhecimento e a aprendizagem não são transmitidos, e sim construídos nas relações com o meio e com os outros sujeitos. Mauro Guimarães se refere a essa discussão da seguinte forma:

Sendo esta a compreensão que venho desenvolvendo sobre a perspectiva crítica da educação ambiental, acredito que suas ações pedagógicas que reflitam essa compreensão devam superar a mera transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos, assim como as ações de sensibilização, envolvendo afetivamente os educandos com a causa ambiental [...]. Trabalhar pedagogicamente a razão (cognitivo) e a emoção (afetivo) são elementos essenciais na motivação dos educandos, mas não são por si só suficientes para moverem os educandos a transformarem as práticas individuais e coletivas. Planejar ações pedagógicas em que as práticas sejam viabilizadas, tornam-se fundamentais na perspectiva crítica e, de certa forma, isso também já vem sendo difundido no contexto escolar a partir da proposta dos projetos pedagógicos (GUIMARÃES, 2004, p. 31).

Contudo, as ações pedagógicas que devem predominar no cotidiano escolar necessitam estar dentro da perspectiva da realidade do educando, que em momento algum pode ser ignorado, ou ter seu aprendizado trabalhado de

forma isolada. Estes aspectos, a partir da perspectiva de uma educação ambiental crítica e transformadora, fazem parte do processo de ensino-aprendizagem dos educandos, que pode estimular a percepção e o fomento do ambiente educativo como um espaço ativo e que está em constante movimento, e que exige que, mais do que reconhecer a importância de se ter um Parque Ecológico na área escolar, a necessidade de usá-lo em benefício da construção do conhecimento e da aprendizagem dos educandos e de toda a comunidade local.

Esse argumento considera como pano de fundo, que é preciso levar em conta que, na discussão ambiental atual, a conservação da natureza através de áreas protegidas isoladas e resguardadas para visitação de populações externas, em detrimento das populações locais, aos poucos vem perdendo o sentido e sendo substituída por novos horizontes da perspectiva ambientalista, entre os quais se destacam o debate sobre o desenvolvimento sustentável e o ecodesenvolvimento. Assim, ao invés de se ter uma área de preservação “intocada” e sem presença humana, seria importante, nessa perspectiva, valorizar a utilização do Parque pelas populações locais da região.

De acordo com o que revelam as respostas dos quatro professores entrevistados, o Parque Ecológico possui uma grande importância para eles, tanto na questão do privilégio de sua localização, quanto em relação aos aspectos educacionais, mas devido à falta de estrutura do local, sua utilização fica a desejar. Portanto, esse aspecto dificulta o desenvolvimento de atividades no Parque ou para melhorias no mesmo, e isso parece ser uma grande preocupação entre os entrevistados, visto que estas dificuldades têm se traduzido em um forte consenso de que alguma coisa precisa ser feita urgentemente para que a comunidade e a escola não percam ou esqueçam uma importante área natural que atualmente é considerada o “pulmão” do assentamento.

Haja vista que a situação ambiental da região se encontra em um estado em que predominam as atividades consideradas degradantes em relação ao meio ambiente, como a pecuária extensiva baseada na substituição da floresta por amplas áreas de pastagens, é importante destacar as

especificidades de uma área de preservação situada no interior de um Projeto de Assentamento.

A partir dessa perspectiva da Educação Ambiental, não seria um problema muito grave para os educadores desenvolver abordagens nas quais possam ser discutidas em sala de aula temáticas ecológicas a partir do Parque. A questão problemática é que os educadores afirmam que se constata que a economia da região é predominantemente baseada na atividade agropecuária, e que pode parecer até ser difícil fazer este tipo de abordagem no dia-a-dia da sala de aula, visto que os entrevistados afirmam não ter nenhuma formação específica sobre educação ambiental.

Assim, eles também dizem que às vezes faltam argumentos para realizar este tipo de debate, pois está muito arraigada na comunidade local e em toda a região a concepção de que a produção leiteira é a melhor fonte de renda e o único meio de se manter economicamente os estabelecimentos agrícolas da região. Isto tornaria secundária a abordagem da floresta e de suas possíveis fontes de geração de renda (os produtos derivados do manejo florestal madeireiro e não-madeireiro, por exemplo). Portanto, observamos que esta abordagem de temas ambientais a partir de elementos da realidade do assentamento é sempre um desafio, mas os educadores afirmam que fazem o que podem para a valorização e reconhecimento do Parque Ecológico como elemento essencial para viabilizar práticas educativas que envolvam as problemáticas socioambientais.

Contudo, a Tabela 03 mostra que, entre os educadores, há diferentes formas de trabalhar estas questões sobre os problemas ambientais que o assentamento enfrenta e utilizar o parque como um recurso interdisciplinar que podem inserir a qualquer momento em suas disciplinas, ou mais precisamente em seus planejamentos. Assim, o Parque pode ser trabalhado como um dado real de preservação ambiental, e que devemos estar atentos para o seu cuidado, pois é um ambiente coletivo nas quais várias pessoas podem usufruir deste elemento como um objeto de ensino.

Dessa maneira, mesmo sendo uma temática de transversalidade (ou seja, sua discussão pode ser feita entre várias disciplinas), sua incorporação

nas atividades pedagógicas depende muito da capacidade criadora do educador. Veremos a seguir como é feita esta inserção, e se ela não é feita, saberemos por quais motivos, pois consideramos que esta temática não deve se discutida apenas nas disciplinas de geografia e estudos amazônicos, e sim em todas as áreas de conhecimento, haja vista que a preocupação com o meio ambiente pode ser considerada universal, também no âmbito da construção e ensino do conhecimento.

TABELA 03: Formas de inserção (ou não) do Parque Ecológico nas disciplinas trabalhadas pelos educadores entrevistados

Educadores	Elementos de resposta
Jacqueline (Educadora I)	Trabalha com catalogação de árvores, animais, de pássaros. Recursos hídricos: mata ciliar e limpeza da área Reflorestamento: Ipê, açaí, Pau-Brasil, etc. Construção de trilhas
Oséias (Educador II)	Em matemática, nas questões de situações problemas, e nas avaliações questões sobre o meio ambiente e estas questões são voltadas pro Parque. Em inglês considera bem difícil, mas trabalha nomes básicos como arvore, pássaros, alguns nomes de animais conhecidos.
Juliene (Educadora III)	Em matemática tem grande dificuldade, por isso quase não trabalha. Em ciências trabalha sempre os conceitos de ecossistema, assoreamento de rios, espécies de plantas e animais.

Francisco (Educador IV)	Nas aulas de ciências trabalha com os ecossistemas, percebendo temas relacionados à disciplina, identificando espécies de plantas (em ciências). Em português, trabalha com produção de textos sobre o Parque (escritos e ilustrados).

FONTE: Dados de campo (2010).

A educação ambiental está relacionada ao meio ambiente, que por sua vez é considerado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) um dos temas transversais, portanto, pode ser trabalhado em todas as disciplinas da grade curricular. Mesmo com esta orientação dos PCN's, tal temática ainda é pouco discutida nas salas de aula, e quando isso acontece, é feito apenas um breve discurso teórico sobre a importância de “se preservar”, e às vezes se trata do assunto para cumprir alguma exigência que está sendo feita a pedido da SEMEC na grade curricular, não demonstrando uma intencionalidade de se obter algum objetivo mais ampliado com tal discussão. Considerando que, independentemente da disciplina, essa é uma temática que de certa forma terá sempre que gerar um aprendizado, ao se discutir sobre o meio ambiente deve haver uma intenção, pois só assim é possível obter uma aprendizagem eficaz, ou seja, o próprio currículo é intencional em suas diversas dimensões.

Como afirma Freire não existe educação neutra a ela revela uma intencionalidade, pois, e através desta intenção se constrói aprendizado não há educação neutra como não há seres neutros existem pessoas capazes de criar, pensar, e agir, ainda que suas interações com o meio se dêem apenas em algumas relações já estabelecidas.

O Parque Ecológico pode ser trabalhado de forma interdisciplinar, dependendo da metodologia do educador, e pode estar sendo citado em várias situações, tanto em sala de aula quanto no próprio Parque ou em suas

proximidades, sendo este um ambiente de diversidade, que pode ser integrado como conteúdo escolar nas diversas disciplinas.

Consideramos, portanto, que o ensino e a aprendizagem não se restringem à apreensão individualizada dos conteúdos escolares que constam na grade curricular de ensino. Os educadores deverão ser dinâmicos e metodológicos para fazer uma integração de temas que são necessários para a formação dos educandos e que são desconsiderados pela proposta curricular de ensino, e cabe ao educador, além de integrar, considerar os saberes dos educandos numa perspectiva ampliada de ensino-aprendizagem.

De acordo com as respostas dos educadores às questões formuladas, é possível visualizar as formas de se trabalhar o Parque Ecológico de maneira interdisciplinar, e tais educadores, em seu discurso, afirmam que incluem o Parque em seus planejamentos e que tentam inserir a realidade local no processo educativo, com o intuito de contribuir na transformação da sociedade atual. Considerando que a educação não se dá apenas dentro dos muros de uma escola, e sim nas relações sociais mais amplas, de forma que Mauro Guimarães diz que a educação ambiental, em sua visão transformadora:

Trabalha a perspectiva da construção do conhecimento contextualizado para além da mera transmissão. Promove a percepção que o processo educativo não se restringe ao aprendizado individualizado dos conteúdos escolares, mas na relação do um com o outro, do um com o mundo, afirmando que a educação se dá na relação. Estimula a auto-estima dos educandos/educadores e a confiança na potencialidade transformadora da ação pedagógica articulada a um movimento conjunto. Possibilita o processo pedagógico transitar das ciências naturais às ciências humanas e sociais, da filosofia à religião, da arte ao saber popular, em busca da articulação dos diferentes saberes. Exercita a emoção como forma de desconstrução de uma cultura individualista extremamente calcada na razão e a construção do sentimento de pertencimento ao coletivo, ao conjunto, ao todo, representado pela comunidade e pela natureza. Incentiva a coragem da renúncia ao que está estabelecido, ao que nos dá segurança, e a ousadia para inovar. (GUIMARÃES, 2004, p. 32).

A transformação que se busca a partir da EA deve estar em consonância com as potencialidades do ser humano e as exigências do planeta, vista como

um “organismo”. É na vivência cotidiana que será gestada esta transformação, a partir de condutas inéditas que serão construídas pedagogicamente. A vida cotidiana é o lugar do sentido e das práticas de aprendizagem produtiva. O homem deveria “dominar” a natureza para, por meio desta “dominação”, libertar-se a si mesmo. Essa “dominação” não se deve dar em um sentido instrumental (ou seja, a natureza vista como mero instrumento das necessidades humanas), mas sim no sentido de conhecer para permitir uma relação mais equilibrada entre a sociedade e o meio ambiente.

Assim, consideramos que a educação ambiental é a incorporação de critérios socioambientais, ecológicos, éticos e estéticos, nos objetivos didáticos da educação, e pretende construir novas formas de pensar, incluindo a compreensão da complexidade e das emergências e inter-relações entre os diversos subsistemas que compõem a realidade (MORIN, 2003).

Assim, os locais onde circulam conhecimentos e experiências da práxis pedagógicas, como pode ser visto o exemplo do Parque Ecológico, são fundamentais para a formação de sujeitos a partir do processo educativo, pois estes aprendem principalmente com a troca de vivências. Assim, concordamos que:

Os processos de aprendizagem são contínuos e interativos. Não é possível, hoje, fechá-los em níveis concretos de conteúdos específicos. Não é o suficiente o conhecimento da área de disciplina que se pretende ensinar, necessita-se também de visão global do processo educacional e de compreensão dos diversos elementos e mecanismos que intervêm no currículo. Áreas e disciplinas adquirem sentidos enquanto meio para a consecução de objetos gerais e para desenvolvimento de uma série de capacidade e competências, em contraposição à tendência de se considerarem somente seus conteúdos disciplinares (MEDINA; SANTOS, 2008 p.28).

Os princípios contidos no artigo 4º da lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) buscam reforçar a contextualização da temática ambiental nas práticas sociais quando expressam que ela deve ter uma abordagem integrada, processual e sistêmica do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, com o uso dos enfoques humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, dialógico e cooperativo, respeitando o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas. Em consonância com

esses princípios, o artigo 5º da referida lei estabelece os objetivos da PNEA, dentre os quais destacamos a compreensão integrada do meio ambiente e o incentivo ao exercício da cidadania, por meio da participação individual e coletiva, permanente e responsável.

No que se refere a estes aspectos relacionados ao caráter interdisciplinar da educação ambiental, a educadora Jacqueline afirma incluir o parque em todas as suas disciplinas, inclusive ciências, e que também trabalham com esta área o professor Francisco e a professora Juliene, mesmo que em turmas diferentes. Portanto, as atividades correspondem a conteúdos semelhantes, mas algumas se diferenciam dependendo do nível da turma. Estas atividades são importantes de serem discutidas utilizando o Parque Ecológico como um dado mais próximo da realidade dos alunos, e também constitui um meio de incentivo à valorização do Parque enquanto espaço de conservação.

A educadora Juliene e o educador Oséias trabalham uma mesma disciplina em turmas diferentes (matemática), e este último afirma conseguir “facilmente” trabalhar em cálculos matemáticos e situações-problema a partir de questões relacionadas ao Parque. Já a outra educadora afirma ter dificuldades nesse sentido, e por este motivo quase nunca consegue fazer esta inserção nessa disciplina específica, o que para ela constitui um problema que é “meio que impossível” trabalhar.

Em matemática, nas questões de situações problemas, e nas avaliações questões sobre o meio ambiente e estas questões são voltadas pro Parque. (Oséias rocha)

Em matemática tem grande dificuldade, por isso quase não trabalha. (Juliene)

Ao analisar estas informações, percebe-se que há opiniões e práticas diferentes entre os educadores entrevistados. Portanto, consideramos que falta diálogo entre ambos pois um poderia estar contribuindo com o outro, por meio de diálogos e intervenções, talvez ajudando a buscar metodologias que venham auxiliá-los no desenvolvimento de atividades que incluem o Parque como conteúdo e recurso escolar.

A importância do parque para escola é visível, em nossa concepção, e acreditamos que o mesmo possa contribuir bastante com a formação dos alunos em relação sua concepção de conservação ambiental, podendo servir ainda como forma de sensibilização para os alunos no que se refere às temáticas da EA, por meio de atividades pedagógicas e ecológicas que possam mostrar a eles a importância de se preservar, e daí torná-los sensíveis a estas questões. A partir das informações constantes na Tabela 04, discutiremos brevemente o que pensam os professores entrevistados a este respeito.

TABELA 04: Ponto de vista dos educadores a respeito do Parque ser um elemento de sensibilização dos educandos a respeito das questões ambientais

<p>Jacqueline (Educadora I)</p>	<p>Certamente, pois explorando o Parque desde o manejo até o reflorestamento; isso aconteceria através de: palestras, oficinas, formações e debates em sala de aula.</p>
<p>Oséias (Educador II)</p>	<p>Sim, ao perceber a extinção de matas no PA, reconheço que o parque será futuramente o pulmão florestal da comunidade apesar de ser uma área pequena devemos lembrar sempre os alunos a importância que tem de preservação.</p>
<p>Juliane (Educadora III)</p>	<p>Certamente alguns alunos já são sensíveis, e o parque contribuiria mais ainda conhecendo a importância do parque em sua vida e a sensibilização pode acontecer, dependendo do</p>

	professor e das metodologias abordadas por eles.
Francisco (Educador IV)	O Parque é um dos incentivos, porém se as famílias tiverem uma visão restrita de seus aspectos econômicos, voltada para as atividades agropecuárias, precisaria de outros mecanismos. Porém, considera que o Parque é uma forma de incentivo a preservação.

FONTE: Dados de campo (2010).

A respeito desta questão específica, os educadores parecem ter consciência de que o parque pode ser um meio de incentivo à sensibilização dos alunos em relação à preservação ambiental e à conservação de áreas florestais. Estes aspectos são importantes, pois, se o educador reconhece este elemento, avaliamos que isso é fundamental, haja vista que acreditamos que é possível trabalhar com o Parque tendo objetivos maiores, incluindo o de buscar elementos para contribuir na formação dos sujeitos do campo com uma perspectiva ambiental ampliada e crítica.

Entendemos principalmente que esta formação e construção de conhecimentos possam tornar as pessoas capazes de reconhecer a importância do meio ambiente dentro de uma perspectiva educativa, e que a mesma não se resume apenas ao campo, e sim a toda a sociedade.

Sim, ao perceber a extinção de matas no PA, reconheço que o parque será futuramente o pulmão florestal da comunidade apesar de ser uma área pequena devemos lembrar sempre os alunos a importância que tem de preservação. (Oséias rocha)

Conseqüentemente o processo de ensino sobre educação ambiental incide ao mesmo tempo no âmbito individual e coletivo. No caso da escola, isto pressupõe também um aprendizado institucional, ou seja, seria necessário que

a “instituição escola” se submetesse a uma mudança de agenda burocrática, estrutural e organizacional. Dessa forma, os elementos conceituais que orientam a educação ambiental poderiam estar no “núcleo duro” da institucionalidade da educação, como nos projetos político-pedagógicos e na gestão escolar.

Ao trabalharmos com movimentos individuais e coletivos ao mesmo tempo, a EA pode se tornar-se um fenômeno político, ou seja, visando a transformação social por meio da tomada de consciência do sujeito sobre o mundo e sobre sua relação com ele. Assim, as questões socioambientais podem ser repensadas tendo em vista essa perspectiva diferenciada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, este estudo observou que no Projeto de Assentamento Gleba Jacaré não há mais uma considerável quantidade de floresta nativa, visto que esta, ao longo do tempo, foi sendo substituída por pastagens para a criação pecuária extensiva. Dentre estas constatações, é perceptível que pode haver certa importância do Parque Ecológico neste ambiente, e que reconhecê-la significa valorizar este espaço em diferentes dimensões (principalmente como elemento de construção do conhecimento), de forma que contribua para sua abordagem enquanto área fundamental para as práticas pedagógicas e para o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental.

Acreditamos que o desenvolvimento deste trabalho sobre esta temática tenha sido importante para repensar questões e problemáticas sobre o meio ambiente, e para entender suas contribuições para o ensino e aprendizagem da população local, tanto os que habitam a região, quanto para os educadores. Assim, ao desenvolvermos este trabalho, também aprendemos sobre os elementos que nos fazem refletir acerca do meio ambiente, de forma a tentar construir um pensamento crítico sobre a realidade em que atuamos, o que certamente contribuirá de forma efetiva para a nossa formação.

Este trabalho objetivou principalmente conhecer se é dada ou não importância ao Parque Ecológico por parte dos membros da escola do PA Gleba Jacaré, além de conhecer também se o referido Parque é incluído ou não como conteúdo nos planejamentos pedagógicos e nos conteúdos curriculares. E de acordo com as hipóteses construídas para orientar o processo de pesquisa (referidas anteriormente) foram obtidos resultados coerentes com as suposições apresentadas, pois o Parque seria importante para os educadores, e os mesmos reconhecem seu valor e sua utilidade para a sensibilização dos educandos sobre o meio ambiente e conservação de áreas protegidas, pelo menos no nível discursivo. Além disso, tais educadores

também discutem essa temática e incluem o Parque em seus planejamentos de ensino, ou seja, são efetivamente realizadas atividades em suas disciplinas, usando o Parque como meio facilitador do processo de ensino-aprendizagem, embora alguns dentre os entrevistados tenham demonstrado dificuldades práticas em trabalhar com esse tema, principalmente no que se refere à abordagem transversal do Parque, envolvendo disciplinas de diferentes áreas do conhecimento.

Todavia, acreditamos que os educadores da escola analisada necessitam de mais informações em relação às metodologias de ensino empregadas na Educação Ambiental, ou terão que dinamizar um pouco mais suas aulas para que consigam atingir um objetivo mais amplo, que é a sensibilização dos educandos para que cresçam formando opiniões críticas e sejam cidadãos aptos a atuarem na sociedade com visões próprias acerca do conhecimento científico, principalmente no que se relaciona à problemática socioambiental regional.

Assim, postulamos que é necessário preciso que haja mais discussões, debates, e até oficinas que venham contribuir com a formação dos educadores, para que estes se apropriem mais dos complexos conhecimentos sobre a educação ambiental e para que possam traçar estratégias para o desenvolvimento de ações pedagógicas sobre o meio ambiente nessa escola do campo. Visto que essa temática é de importância para a população da região, é preciso que haja mais ação concreta nas práticas pedagógicas, já que há muitas teorias sistematizadas acerca da EA. Porém, há um momento em que precisamos agir, e para agir é necessário termos conhecimento e planejamento sobre o que se quer fazer e como fazer.

Por fim, tal estudo abriu possibilidades para o desenvolvimento de novos projetos pedagógicos, que podem contribuir na aprendizagem dos educandos a partir da realidade local, de modo que o aprendizado se dará de forma coletiva e interativa, pois é na interação e relação com o meio ambiente e com a sociedade que se estabelecem as condições de aprendizado. A escola estudada já está trabalhando em projetos para revalorização do Parque Ecológico nos conteúdos ministrados em sala de aula. Podemos então

destacar como um efeito positivo neste estudo e também como forma de futuras pistas para novas pesquisas, que a discussão sobre o Parque Ecológico começa a se constituir em um elemento essencial no currículo da escola, sendo que o projeto educacional que está sendo construído pelos educadores parte justamente dessa idéia de revalorização do Parque Ecológico, e alguns elementos analíticos deste trabalho de pesquisa irão subsidiar a elaboração deste projeto. Sendo assim, apontam-se perspectivas interessantes, a médio e longo prazo, para a temática da Educação Ambiental no contexto da realidade aqui estudada.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVANZI, M. R. Ecopedagogia. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: temas Transversais**. Brasília: MEC / Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

_____. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Legislação da Educação Ambiental.

CALDART, R. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.

FELIX, G. A. **O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **Ação Cultural para liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção O Mundo Hoje, v. 10).

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GASTAL, M. L.; SARAGOUSSI, M. Os instrumentos para a conservação da biodiversidade. In: BENSUSAN, N. (Org.). **Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade – como, para que e porquê**. 2.ed. São Paulo: Pierópolis; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

GUIMARÃES M. **Educação Ambiental Crítica: Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____. Educação Ambiental para além dos muros da escola. In: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (Coord.). **Vamos cuidar do Brasil: Conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; UNESCO, 2007.

MEDINA, N. M.; SANTOS, E. C. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

PEDRINI, A. G. **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SOUZA, R. S. **Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

ZAKRZEWSKI, S. B. A Educação Ambiental nas Escolas do Campo. In: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (Coord.). **Vamos cuidar do Brasil: Conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; UNESCO, 2007.

8. ANEXOS

Estarão em anexo o roteiro de entrevistas utilizado para obter informações sobre a temática, elementos fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Este roteiro foi elaborado com o objetivo de conhecer melhor os educadores e outras questões relevantes para se aprofundar a pesquisa, no entanto somente analisamos quatro questões com mais aprofundamento e especificidades.

8.1. ANEXO 01: Roteiro de entrevista I para pesquisa de TCC

1. Identificação:

2. Nome: _____

3. Origem e trajetória: _____

4. Nível de formação: _____

5. Situação profissional: _____

6. idade: _____

7. Onde mora hoje? _____

8. Tempo de profissão: _____

9. Em zona Rural: _____

9.1 Em cidade: _____

9.2. Qual a distancia de sua casa para escola

9.5. Você encontra dificuldade em atuar na sua profissão? Quais?

9. 6 Experiências de trabalho

() Educação infantil () ensino fundamental series iniciais. ()

E. F. series finais ()EJA

10. Qual delas chamou mais atenção?

11. Qual turma você não se identificou?

12. Qual turma você trabalha hoje?

13. Quais suas disciplinas? E sua carga horária?

14. Quais delas você mais gosta? Por quê?

15. Qual você sente mais dificuldades

8.2. ANEXO 02: Roteiro de pesquisa II

- 1. Para você o que é educação ambiental?**
- 2. Você se considera uma pessoa sensível às preocupações ambientais? Porquê?**
- 3. Qual a importância do parque para você educador e para escola?**
- 4. É possível trabalhá-lo de forma interdisciplinar?**
- 5. Como, e quando você o insere em suas disciplinas? Se não o insere, porque isso não é feito?**
- 6. Você acha que o Parque Ecológico pode servir para sensibilizar os alunos acerca das questões ambientais? Como isso seria possível?**
- 7. Que tipo de atividades seria possíveis de serem realizadas a partir do Parque Ambiental do Assentamento, e de que forma?**
- 8. Qual sua compreensão sobre áreas protegidas?**
- 9. Na sua concepção o que é ter um parque ecológico nas proximidades da área escolar?**
- 10. Qual sua avaliação sobre o parque ecológico?**
- 11. Qual a sua compreensão sobre florestas? Se realiza algum tipo de trabalho nas disciplinas trabalhadas (florestas, vegetações, atividades agrícolas)?**
- 12. Existem práticas de alguma ação sobre educação ambiental?**
- 13. Como e quando se discute a questão ambiental na escola? Quem faz essa discussão?**
- 14. Os problemas ambientais do assentamento são discutidos em sala de aula? Como?**
- 15. Quais temas são focalizados?**
- 16. Existem recursos disponíveis para realizar o trabalho sobre educação ambiental? Quais?**
- 17. Você já recebeu alguma formação sobre EA?**